



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO – UFMA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS – CCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA – PPGPSI

NELSIVÂNIA PINHEIRO DE GALIZA

“EU TENHO AQUELE PRAZER E TENHO UMA RESPONSABILIDADE”
Um ensaio sobre lideranças rurais femininas em comunidades no Maranhão

São Luís
2015

NELSIVÂNIA PINHEIRO DE GALIZA

“EU TENHO AQUELE PRAZER E TENHO UMA RESPONSABILIDADE”
Um ensaio sobre lideranças rurais femininas em comunidades no Maranhão

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Maranhão para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Franklin Ferreira

São Luís
2015

Galiza, Nelsivânia Pinheiro de

“Eu tenho aquele prazer e tenho uma responsabilidade”: Um ensaio sobre lideranças rurais femininas em comunidades do maranhão / Nelsivânia Pinheiro de Galiza. – São Luis, 2015.

107f.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Franklin Ferreira.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Maranhão, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, 2015.

1. Mulheres. 2. Liderança. 3. Trabalhadoras rurais. I. Título.

CDU 331-055.2(812.1)

NELSIVÂNIA PINHEIRO DE GALIZA

“EU TENHO AQUELE PRAZER E TENHO UMA RESPONSABILIDADE”
Um ensaio sobre lideranças rurais femininas em comunidades no Maranhão

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Maranhão para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Aprovada em: ____ / ____ / ____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Ricardo Franklin Ferreira (Orientador)

Doutor em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano
Universidade Federal do Maranhão

Profª Denise Bessa Léda

Doutora em Psicologia Social
Universidade Federal do Maranhão

Profª Viviane de Oliveira Barbosa

Doutora em História
Universidade Federal do Maranhão

A Mainha pela força, pela superação diária e por toda a garra com que enfrenta a vida.

Ao meu pai (*in memoriam*), pelo amor.

AGRADECIMENTOS

Gratidão às trabalhadoras brasileiras e trabalhadores brasileiros que com muita luta financiam a educação pública neste país.

Ao Encontro Regional de Estudantes de Psicologia do Norte e do Nordeste e ao Encontro Maranhense de Estudantes de Psicologia, por me tirar da escuridão e mostrar outras formas de fazer Psicologia.

Ao professor Ricardo Franklin, pela incontestável paciência, pela orientação e pelo carinho que a mim dedicou.

À professora Denise Bessa, por todo cuidado e amorosidade que teve comigo nesse mestrado. Sua conduta dentro desta Universidade é inspiradora.

A Viviane Barbosa, pelas contribuições na qualificação, pelos textos fornecidos e pelo carinho que demonstrou desde o nosso primeiro contato.

Aos tios João Bosco e Raimundo, pelo apoio em minha educação.

Ao primo João, imensamente Gentil, pela torcida sincera.

A Rose e Luana, do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Maranhão, pela grandiosa ajuda para a execução das entrevistas.

A Cristiane do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Pernambuco, pelo envio do material que precisei para a produção desta dissertação.

À Dona Tereza, pela acolhida em sua casa na época da pesquisa de campo.

À Fundação de Amparo à Pesquisa e Desenvolvimento Científico do Maranhão (FAPEMA), pela contribuição financeira.

A Samiris e Ruan, pelo auxílio na transcrição das entrevistas.

Aos professores e colegas do Mestrado, em especial às amigas Alessandra, Ana Flávia, Fernanda e Valéria e ao amigo Graco, foi maravilhoso dividir essa jornada com vocês.

Ao amigo-irmão Vítor (e agora também à Márcia), pela parceria na vida.

A Adriana Chaves, pelo apoio nessa travessia, por compartilhar comigo tantos anseios, frustrações e devaneios.

Às amigas Alanna, Ramisse e Sílvia, pelas risadas e por dividirem comigo tantos anos de vivência alegre.

À amiga Ana Lize, por todas as palavras de apoio e pela enorme generosidade na vida.

A todas as flores que participaram do meu estudo, vocês são exemplo de potência e ternura.

A Maria Eduarda e Juliana, por serem uma doce alegria na minha vida.

Aos irmãos Nelson Galiza e Nilson Galiza, pela irmandade e respeito. Gratidão por seguirem ao meu lado na caminhada da vida.

A Gilvan Junior, por ser meu incansável companheiro de tantas andanças, pelo afeto que transborda e me faz forte. Obrigada por colorir todos os dias da minha vida de verde.

Precisamos estar convencidos de que o convencimento dos oprimidos de que devem lutar por sua libertação não é doação (...), mas resultado de sua conscientização. Deste modo, a presença dos oprimidos na busca de sua libertação, mais que pseudoparticipação, é o que deve ser: engajamento (Paulo Freire).

RESUMO

O presente estudo tem como finalidade refletir sobre as lideranças femininas que atuam em comunidades no interior do Maranhão. Nesse sentido, serão destacados conteúdos que se relacionam com essa temática. A partir das entrevistas de dez mulheres líderes, foi possível elaborar uma análise do seu contexto social, ressaltando as implicações das relações comunitárias, que é um componente fundamental para a efetivação dos vínculos de união entre os(as) moradores(as) e que auxiliam na construção de um lugar contemplado por noções de solidariedade e cooperação, possibilitando a formação de uma atmosfera de convivência, proteção e apoio. Destaca-se que o espaço agrário maranhense ainda mantém um aspecto modesto, logo é possível observar alguns cenários de pobreza que podem ser propulsores para situações de desigualdade na distribuição de terra, fato presente na rotina das entrevistadas. O trabalho rural é um mecanismo de enfretamento de condições de carência e exclusão, no entanto, para as mulheres, esse é um problema histórico, posto que elas não eram identificadas como tal, sendo direcionadas a elas apenas tarefas domésticas. Para superar essa conjuntura, buscaram como alternativa a organização em movimentos de mulheres para serem reconhecidas como trabalhadoras rurais. A realidade do campo é complexa, principalmente para as mulheres que precisam lutar para desconstruir a lógica patriarcalista a qual ainda são submetidas. A tentativa de sair dessas amarras culturais é permeada por lutas, questionamentos, tomada de consciência e também violência. O aporte para discutir teoricamente essa dissertação foi o saber da Psicologia Comunitária, que articulo com a pesquisa de campo para elucidar minhas impressões sobre o tema. Dessa forma, pela via da investigação realizada aponto algumas questões que merecem atenção. O ambiente comunitário se apresenta como terreno propício para a estruturação de uma liderança comunitária a partir da confiança depositada nela pelos(as) demais habitantes e pela vontade pessoal de promover mudanças. Nele, também foi verificado que as relações de apoio, solidariedade e amorosidade são parte fundamental de sua dinâmica e pode-se constatar que as relações desiguais entre mulheres e homens ainda são habituais na vida da zona rural, porém um caminho longo foi percorrido para alteração dessa conjuntura, principalmente porque elas (as lideranças entrevistadas) já se manifestam como sujeitos políticos e de transformação.

Palavras-chave: Mulheres. Liderança. Trabalhadoras rurais.

ABSTRACT

This study aims to bethink the women leaders working in communities in inner of Maranhão state. In this sense, will be highlighted contents related to this topic. From the interviews of ten women leaders, it analyzes their social context, highlighting the implications of community relations - a key component for the realization of union links between residents, aiding the building of place of solidarity and cooperation notions. It enables the formation of a coexistence, protection and support atmosphere. It also notes that Maranhão agrarian space still maintains a humble appearance. It is common to observe poverty scenarios that can be thrusters to situations of inequality in land distribution. It is a current fact visible in the routine of the interviewees. Rural work is a coping mechanism of deprivation and exclusion conditions. However, for women, this is a historic problem, once they were not identified as such, being directed to them only household chores. To overcome this situation, they sought as an alternative the organization in women's movements to be recognized as rural workers. The reality of course is complex, especially for women struggling to deconstruct the patriarchal logic under which are still submitted. Trying to get out of these cultural ties is permeated by struggles, questions, awareness and violence, too. The contribution to theoretically discuss this dissertation uses Community Psychology, articulating with the field research to elucidate the researcher's views on the subject. Thus, by a means of investigation, it points out some issues that deserve attention. Community environment seem as fertile ground for structuring a community leader from the trust placed in it by other inhabitants and personal will to bring about change. It also highlighted that relations of support, solidarity and loveliness are a fundamental part of its dynamic and it can be seen that unequal relations between women and men are still customary in the life of the countryside, but a long way has been traveled for change. This shows the leaders interviewed already manifest as political and processing subjects.

Keywords: Women. Leadership. Rural workers.

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1:** Comunidade Sítio Serraria – Cidade de Peritoró/MA
- Figura 2:** Habitações no Sítio Serraria – Cidade de Peritoró/MA
- Figura 3:** Plantação de hortaliças – Cidade de Peritoró/MA
- Figura 4:** Cartaz da primeira Marcha das Margaridas
- Figura 5:** Cartaz da segunda Marcha das Margaridas
- Figura 6:** Cartaz da terceira Marcha das Margaridas
- Figura 7:** Cartaz da quarta Marcha das Margaridas
- Figura 8:** Cartaz da quinta Marcha das Margaridas
- Figura 9:** Chegada da delegação maranhense em Brasília para a Marcha das Margaridas do ano de 2015
- Figura 10:** Trabalhadoras Rurais do Maranhão na Marcha das Margaridas do ano de 2015
- Figura 11:** Mulheres maranhenses na Marcha das Margaridas

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRAPSO	Associação Brasileira de Psicologia Social
CFP	Conselho Federal de Psicologia
CMTR-MA	Coletivo de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Maranhão
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPT	Comissão Pastoral da Terra
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MA	Maranhão
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MM	Marcha das Margaridas
MMTR	Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais
MMTR-NE	Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste
ONG	Organização Não Governamental
PE	Pernambuco
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
2	A PSICOLOGIA COMUNITÁRIA NO CONTEXTO RURAL.....	21
2.1	Comunidades.....	22
2.1.1	Comunidades rurais.....	28
2.2	Relações comunitárias.....	32
2.3	Psicologia Comunitária.....	34
3	DESENVOLVIMENTO DA LIDERANÇA COMUNITÁRIA NAS TRABALHADORAS RURAIS.....	46
3.1	Mulheres trabalhadoras rurais: quem são elas?.....	47
3.2	Sujeitos comunitários/lideranças: como as trabalhadoras rurais entendem sua atuação nas comunidades.....	51
3.3	Contribuições e contradições do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais no Maranhão.....	57
3.3.1	A Marcha das Margaridas.....	63
3.3.1.1	Marcha das Margaridas do ano 2000.....	64
3.3.1.2	Marcha das Margaridas do ano 2003.....	66
3.3.1.3	Marcha das Margaridas do ano 2007.....	67
3.3.1.4	Marcha das Margaridas do ano 2011.....	68
3.3.1.5	Marcha das Margaridas do ano 2015.....	69
4	REPERCUSSÕES DAS QUESTÕES DE GÊNERO.....	73
4.1	Gênero.....	74
4.2	Patriarcado e o desafio das relações igualitárias.....	79
4.3	Sobre fortalecimento das mulheres e “ser liberta”.....	85
5	(IN)CONCLUSÕES.....	91

REFERÊNCIAS.....	95
ANEXO.....	101
APÊNDICES.....	103



Capítulo 1: Introdução



Este estudo floresce com a proposta de refletir sobre as lideranças rurais femininas em comunidades de cidades interioranas do Maranhão, assim como de analisar os desdobramentos advindos dessa posição, que é assumida por elas com orgulho e determinação. Elucidar tal temática me instiga bastante enquanto pesquisadora, pois se trata de mulheres que também são trabalhadoras rurais e muitas vezes enfrentam situações de desigualdade, pobreza, discriminação e até violência. Não obstante, não enfraquecem diante das intempéries impostas a elas, se mostram fortes e continuam na busca de condições dignas para si e sua comunidade.

Encanta-me sobremaneira dialogar sobre categorias como “mulher” e “liderança”, uma vez que ainda não é tão comum na sociedade brasileira circunstâncias em que elas ocupam espaços com função de líder, principalmente porque lhes falta oportunidade para isso. Decidi nesta dissertação manter o foco no âmbito rural para investigar as possíveis particularidades que este meio pode promover nas relações sociais que envolvem as lideranças femininas. Ponderar ademais sobre as implicações que podem ser produzidas ou reforçadas nas comunidades que essas lideranças habitam e em seu ambiente doméstico é um dos propósitos a ser debatido. Não há dúvida que se configura uma discussão densa e repleta de meandros aos quais convém examinar com profundidade.

Quando são postos em destaque os domínios da zona rural, verifica-se uma invisibilidade do trabalho feminino, sendo este simploriamente reduzido às atividades agrícolas de subsistência. Segundo Farias (2001, p. 148), “as mulheres trabalhadoras rurais formam uma categoria social que sempre esteve colocada nos lugares obscuros e fora da acústica da história”. Se compararmos ao contexto urbano isso é mais evidente. Nas capitais, as mulheres vêm tomando conta de espaços importantes na política e no mercado de trabalho, embora ainda em posições inferiores se comparadas aos homens (SEGNINI, 2000).

Minha pretensão ao realizar esta pesquisa é demonstrar as potencialidades, a força, e ao mesmo tempo a amorosidade de mulheres na área rural para além dos papéis destinados culturalmente a cada uma. O debate de gênero está intrínseco, posto que é visível a desigualdade existente nas relações.

Propor um estudo, nestes termos, em um estado, como o Maranhão, com situações sociais aviltantes, é desafiador principalmente porque essas lideranças femininas resistem a uma condição de submissão e de acomodação, além de se

apresentarem como pessoas de referência para sua comunidade, como sujeitos de luta e transformação.

Nesse viés de superação, que busca uma igualdade de gênero e tem um enfoque especial nas questões rurais, encontrei nas minhas andanças, ainda na época da graduação em Psicologia, um grupo de mulheres no município de Caruaru/PE que me chamou atenção pela sua organização, tratava-se do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR-NE). Ele foi concebido na década de 1980 com o intuito de vencer as desigualdades de gênero existentes no ambiente rural, proporcionando uma diminuição da opressão que as subjugava. Elas estão organizadas atualmente com sedes em todos os estados do Nordeste e atuam com mulheres nas comunidades rurais, fortalecendo e formando-as enquanto lideranças.

A necessidade de luta era clara. E assim nasceu o Movimento, para elevar a autoestima e transformar a mentalidade de submissão das mulheres, combatendo todo tipo de discriminação, preconceito e violência e garantindo a construção da igualdade e solidariedade entre mulheres e homens¹.

Na época meu contato foi pequeno, apenas visitei a sede e tomei conhecimento das suas propostas. E agora, mais recentemente, neste percurso do mestrado, foi possível, felizmente, a aproximação com o MMTR-NE, desta vez no Maranhão, e foi por meio dele que realizei minha pesquisa.

As mulheres trabalhadoras rurais ligadas a este movimento, a partir da conjuntura comunitária, ao desempenhar um papel de liderança também buscam uma melhoria do local onde vivem, e isso, provocou-me a necessidade de fazer uma interlocução academia – comunidade para, assim, refletir sobre esse contexto rural e essa posição de destaque da mulher. Um pensar dialógico que implica em pensar “com” e “na” comunidade.

Seria também uma forma de aproximar as teorias e práticas existentes na Psicologia maranhense com questões mais específicas das cidades mais afastadas da capital do estado que, em sua maioria, vivem ainda uma dinâmica rural com vestígios de precário desenvolvimento econômico.

Nessa direção, a comunidade, de acordo com Góis (2003), é um espaço relevante para o desenvolvimento enquanto liderança, sua construção enquanto um

¹ Fragmento retirado da cartilha comemorativa dos 25 anos do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste.

sujeito comunitário só é possível quando se problematiza a realidade vivida e, por conseguinte, é capaz de modificá-la na tentativa de promover melhorias para todos(as) os(as) habitantes.

Exercer esse papel de liderança é um prazer e também uma responsabilidade para elas, como expressa uma das entrevistadas. Isso é tão significativo que dá nome a esta dissertação e sintetiza o sentimento dessas mulheres em atuar, com entusiasmo, como agentes de mudança do lugar onde vivem.

Além disso, há ainda a necessidade de perceber a dinâmica cotidiana das comunidades onde vivem essas lideranças femininas, seus fazeres, seus modos de ser e, a partir disto, perceber como elas se organizam, seja coletiva ou individualmente e, mais que isso, refletir sobre questionamentos que me inquietaram: Como foi o despertar para exercer esse papel de referência na comunidade? Quais as dificuldades que elas enfrentam por serem mulheres? Elas também se modificaram ao se assumir como líderes? Como se percebem dentro da comunidade? O Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais foi importante na sua construção enquanto líder? Os vínculos estabelecidos e relações comunitárias influenciaram na formação delas como liderança?

Tal assunto foi colocado em evidência pela necessidade de tratar uma temática notória na rotina nordestina e principalmente maranhense. Contextualizar a Psicologia de maneira a servir como aporte para problematizar questões rurais e de gênero é colocar sua práxis a serviço da possibilidade de transformação de condições opressivas que ainda perduram.

No que tange aos propósitos deste trabalho, trago como objetivo geral analisar as repercussões da condição de liderança nas mulheres ligadas ao Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste, que atuam nesta função em comunidades no interior do Maranhão. Quanto aos objetivos específicos, elenco os seguintes: Perceber como o espaço comunitário rural contribuiu para a construção da mulher enquanto liderança comunitária; Identificar os desafios e dificuldades de ser mulher trabalhadora rural em comunidades no interior do Maranhão; Verificar como o Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste influenciou a formação de uma identidade de líder nas mulheres; Identificar a percepção que as mulheres possuem sobre a sua condição de agentes de transformação nas comunidades; Verificar mudanças nas relações de gênero

dessas mulheres após serem lideranças comunitárias e pertencerem a organizações de mulheres.

Concernente ao método, optei por fazer uma pesquisa de cunho qualitativo pelo prisma da Abordagem Sócio-Histórica que ressalta as relações sociais de maneira a entender o que se estuda numa interação entre o individual com o social. Freitas (2002, p. 27) explica:

Os estudos qualitativos com o olhar da perspectiva sócio-histórica, ao valorizarem os aspectos descritivos e as percepções pessoais, devem focalizar o particular como instância da totalidade social, procurando compreender os sujeitos envolvidos e, por seu intermédio, compreender também o contexto (...) assim, as questões formuladas para a pesquisa não são estabelecidas a partir da operacionalização de variáveis, mas se orientam para a compreensão dos fenômenos em toda a sua complexidade e em seu acontecer histórico. Isto é, não se cria artificialmente uma situação para ser pesquisada, mas se vai ao encontro da situação no seu acontecer, no seu processo de desenvolvimento.

Para efetivação desta investigação, iniciei o processo fazendo contato telefônico com uma das diretoras do movimento no estado do Maranhão para explicar sobre minha pesquisa e os objetivos dela. Em seguida, fui instruída a conversar com outra pessoa para quem repeti os mesmos esclarecimentos, e foi através dela que cheguei ao município de Peritoró. Dessa forma, a pesquisa foi realizada nesta cidade, que está situada no leste maranhense, na região da Mata dos Cocais (Anexo 01). Sua população aproximada é de 21 mil habitantes², e sua indicação para esta finalidade foi devido à influência do movimento de mulheres no município, pois é o lugar do estado com mais lideranças participando. Estive em campo para coleta dos dados e observação participante no mês de janeiro do ano de 2015.

Na execução do estudo, utilizei a técnica de entrevista individual e a observação participante, que me auxiliou a complementar a análise dos dados. Na observação participante, o pesquisador deve, cada vez mais, tornar-se um participante do contexto estudado obtendo acesso ao campo e às pessoas. A observação deverá passar por um processo para ser mais concreta e concentrada nos aspectos fundamentais às questões de pesquisa (FLICK, 2009).

² Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?lang=&codmun=210845&search=%7Cperitoro>>. Acesso em: 06/10/2015

Flick (2009) aponta também que para captar o particular naquilo que é rotineiro e cotidiano no campo é necessário que o pesquisador consiga estabelecer uma perspectiva crítica externa e não se deixar levar pela adoção incondicional dos pontos de vistas compartilhados no campo, ou seja, é necessário inserir-se no campo sem esquecer seu olhar de pesquisador.

Sobre esse tópico devo esclarecer que minha entrada no campo de estudo foi coerente com a indicação feita por Flick (2009), tendo em vista que fui convidada a me hospedar em uma das comunidades onde fiz a pesquisa. Esse fato foi enriquecedor, pois pude observar a dinâmica daquele lugar por mais tempo e com mais intensidade. Dentre as experiências vivenciadas posso citar conversas cotidianas com moradores, o auxílio em algumas atividades da casa onde estive hospedada, participação em duas festas de aniversário, e visitas a várias residências da comunidade.

No que diz respeito às entrevistas, pode-se destacar que se trata de uma técnica caracterizada basicamente pela utilização de questionamentos estruturados em um roteiro, que é configurado em um meio de organização que determina uma sequência das perguntas realizadas. Utilizei a modalidade face a face e a semiestruturação, que possui tópicos para guiar o diálogo (Apêndice A), mas que não bloqueiam o aprofundamento de um assunto específico no discurso da pessoa entrevistada, o que foi fundamental para esta pesquisa, haja vista que muitas questões foram trazidas para além do que havia no roteiro.

A entrevista na pesquisa qualitativa, ao privilegiar a fala dos atores sociais, busca atingir um nível de compreensão da realidade humana que se torna acessível pelo discurso. A relação intersubjetiva, específica de conversação que se estabelece, favorece o acesso direto ou indireto às crenças, aos valores e aos significados que as pessoas atribuem a si, aos outros e ao mundo circundante (FRASER; GONDIM, 2004).

Para essa interlocução, procedi com encontros individuais para coleta de dados com duração média de uma hora. Antes de iniciar as perguntas, me apresentava, explicava o motivo de estar ali e solicitava a assinatura do Termo de Consentimento Livre Esclarecido (Apêndice B). Logo após, informava que nossa conversa seria gravada para posterior transcrição. Cada participante recebeu um nome fictício para resguardar seu anonimato.

Entrevistei dez lideranças comunitárias que tinham ligação com o movimento de mulheres trabalhadoras rurais, sendo que duas delas, faziam parte da diretoria do movimento em esfera estadual e regional.

As participantes possuíam diferentes faixas etárias (variando entre 25 anos e 75 anos) e residiam em distintas comunidades rurais de Peritoró, algumas muito distantes da sede do município. Somente uma morava em outra cidade, a saber, Esperantinópolis – MA.

Nossas conversações foram em locais variados, algumas nas residências das lideranças, outras na Secretaria Municipal de Agricultura do município de Peritoró (aproveitando que algumas mulheres foram resolver trâmites burocráticos neste órgão), uma sob a sombra de uma árvore da comunidade. Apenas uma delas foi feita em São Luís, pois a liderança estava nesta cidade em decorrência de problemas de saúde.

Para análise do material coletado, utilizei o aporte da análise do discurso. De acordo com Caregnato e Mutti (2006), ela está pautada na relação entre linguagem, história e ideologia, em que a linguagem refere-se à materialidade do texto, fornecendo o sentido subjetivo do participante, a história perpassa o contexto sócio-histórico e, por fim, a ideologia é o posicionamento do sujeito que aparece no seu discurso, sendo este construído a partir dos preceitos sociais dominantes de sua cultura. Para Maingueneau (1997), o referencial da análise do discurso deve construir interpretações sem jamais neutralizá-las e precisa considerar o discurso para além do conteúdo evidente da fala. Por esse ângulo, a Teoria Social do Discurso edificada por Fairclough (2001, p. 90) elucubra o discurso como prática social. Sobre isso, ele esclarece:

O discurso contribui, em primeiro lugar, para a construção do que variavelmente é referido como 'identidades sociais' e 'posições do sujeito' (...) segundo, o discurso contribui para construir as relações sociais entre pessoas. E, terceiro, o discurso contribui para a construção de sistemas de conhecimento e crença.

É válido realçar que durante todo o transcorrer da escrita houve a preocupação em articular as falas das participantes com a literatura no intuito de permitir um melhor aproveitamento do material trazido do campo.

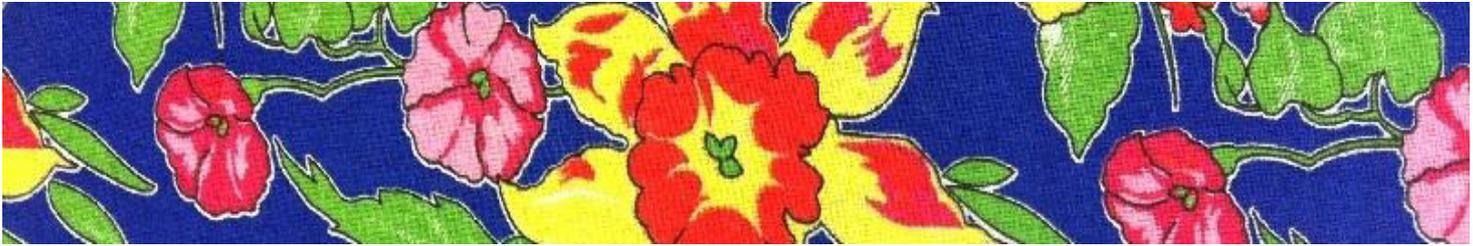
A orientação teórica para refletir sobre as questões trazidas nesse texto são balizadas pela Psicologia Comunitária. Compreendo que esse olhar da

Psicologia, pode auxiliar substancialmente a discussão, a qual me propus fazer no tocante a lideranças comunitárias femininas.

Este texto foi organizado em quatro capítulos (dentro deles há alguns subcapítulos), além das (in)conclusões. O primeiro capítulo é esse que vos apresento, onde promovo a iniciação dos temas que serão desenvolvidos adiante, exponho os questionamentos e os objetivos que me nortearam no decorrer da escrita desta dissertação, e faço um apanhado da trajetória metodológica da pesquisa. No segundo capítulo, discorro sobre o conceito de comunidades, em especial, comunidades rurais, além de realizar uma síntese sobre a Psicologia Comunitária.

A categoria mulher trabalhadora rural, a formulação sobre liderança dentro da Psicologia Comunitária, assim como a contextualização do movimento de mulheres trabalhadoras rurais (tanto em âmbito regional quanto estadual) serão debatidos no terceiro capítulo, que trará ainda algumas informações sobre a constituição da Marcha das Margaridas. O quarto capítulo, por sua vez, é composto por concepções sobre gênero, enfatizando as dificuldades em se estabelecer relações igualitárias, e discutindo possibilidades de superação de posições de opressão e subalternidade.

Com esta dissertação, demonstro minha vontade em pensar e fazer uma Psicologia mais comprometida socialmente com essa temática, que de certa forma tem estado fora do campo de contribuição e debate dessa ciência. Destarte, talvez ela possa auxiliar na construção de novas formas de enfrentar as desigualdades e preconceitos experienciados pelas mulheres trabalhadoras rurais.



Capítulo 2: A Psicologia Comunitária no contexto rural



O presente capítulo versará sobre a conceituação da categoria comunidade e como esse termo se entrelaça às ideias suscitadas nesta dissertação. Questões da terra e relações comunitárias são elementos destacados para produzir uma discussão mais próxima da realidade observada na pesquisa de campo. Além disso, é traçado um panorama histórico e conceitual da Psicologia Comunitária para contextualizar o referencial desta discussão teórica.

2.1 Comunidades

Para compreender a conceituação atual de comunidade é importante discorrer sobre a maneira como essa categoria foi tratada ao longo dos séculos, principalmente no tocante a aproximação com o saber psicológico.

Sawaia (1996) afirma que comunidade tem uma presença intermitente na história. Foi a partir do iluminismo que se iniciou um momento de oposição ao ideário comunitário, pois os pensadores da época entendiam que se tratava de resquícios do sistema feudal, o que divergia da premissa de uma sociedade fundada na relação de homens livres. Assim, esse movimento anticomunitário foi reforçado nos momentos históricos seguintes (Revolução Francesa e Revolução Industrial) que pregavam o individualismo e o racionalismo. A comunidade era vista como avessa ao progresso e não contribuiria para o desenvolvimento econômico.

As críticas se estenderam até o século XIX e foi nesse mesmo período que surgiu uma reação intelectual na tentativa de amparar a comunidade como algo positivo, o que ajudou no debate do tema, embora tenha sido encabeçada pelo pensamento conservador. Com o tempo as discussões alargaram-se e foi possível alcançar outros substratos no pensamento filosófico e também político. Dessa maneira, tal categoria foi sendo revisitada em cada esfera intelectual até chegar aos domínios da Psicologia Social como referencial analítico, já no século XX, mais precisamente nos anos 1970 (SAWAIA, 1996).

Destarte, o conceito de comunidade foi sendo reorganizado, servindo de aporte para teóricos de áreas como filosofia, sociologia e principalmente na Psicologia Comunitária, que mais adiante discorrerei de forma aprofundada.

A categoria comunidade pode ser caracterizada como histórico-cultural e psicológica, sendo que o espaço comunitário não deve ser entendido somente como

um lugar de homogeneidade, deve-se evidenciar a pluralidade nele existente, o que enriquece as interações, mas também promove fortes conflitos e resistências (GÓIS, 2005).

Não estou aqui colocando este espaço comunitário como algo idealizado, sem divergências e deslocado das questões sociais e políticas maiores, não se trata de conceber um lugar sem contradições e problemas, pois eles existem e são fortemente arraigados no modo de vida, o que evidencio é a possibilidade, apesar de toda essa conjuntura, de desenvolver mecanismos de melhoria e transformação desse lugar a partir do desenvolvimento de potencialidades pessoais e sociais de seus membros.

Boaventura de Sousa Santos faz referência à comunidade em uma discussão polêmica em que deixa explícito que “o único caminho para pensar o futuro parece ser a utopia” (SANTOS, 2002, p. 331). Ele relata isso de forma coerente dentro do que é possível para atender aos preceitos científicos e expõe que a possibilidade da emancipação social, desvinculada de paradigmas academicistas, pode acontecer baseado em alguns caminhos, entre eles, pelo princípio da comunidade que partilha das concepções de solidariedade e participação.

A ideia de valorizar conhecimentos não científicos, como resposta à crise paradigmática da ciência moderna, direciona o saber para perspectivas como a comunitária, que pode ser importante para questões relacionadas à mudança social, principalmente por ser espaço propício tanto para a participação quanto para a solidariedade que Santos (2002) destaca.

No entrelaço das atividades comunitárias é comum se observar fortemente essa noção de solidariedade, que é propulsora da vida nesse ambiente, pois é a partir dela que observamos as relações se estabelecerem. Na minha experiência em campo, isso foi o que mais saltou aos olhos, o modo como a solidariedade faz parte do cotidiano das mulheres entrevistadas e especialmente da comunidade onde passei alguns dias. Essa percepção esteve representada nos laços de apoio, na cooperação entre todos os moradores e moradoras, inclusive com pessoas estranhas à realidade deles, já que fui prontamente acolhida por eles.

A dinâmica deste cotidiano é repleta de elementos enredados nos níveis consciente e não consciente, o que representa o modo de vida da comunidade

(GÓIS, 2008). As formas de vida em comunidade perpassam pela relação de união, companheirismo e laços de solidariedade, conforme relato de uma entrevistada:

É todo mundo unido, todo mundo (...) se tu mata, sei lá, um veado, mata uma galinha, na tua casa não tem nada pra comer (...) tu manda uma tigela de carne pra um, tu manda pra outro (...) tu não tem arroz na tua casa, hoje na minha casa tem, tu tem porque lá na minha casa tu vai buscar um quilo de arroz. Na tua roça não deu arroz, na minha deu mais, tu vai na minha roça cortar arroz comigo, tu tem do mesmo jeito. É assim minha comunidade (Dália).

No que tange à participação comunitária, é possível identificar que ela ocorre tanto de forma articulada, quando se é requisitado ou por uma demanda, ou ainda por alguém que exerce influência sobre as demais pessoas, como de uma maneira espontânea, praticamente como se fizesse parte da rotina. Como exemplo desta última, fui testemunha de uma articulação em prol de melhorias para uma das comunidades que foi campo desta pesquisa, sem ser necessárias reuniões ou debates, a organização se deu de forma simples, sem muitos meandros: duas mulheres, preocupadas com o transporte escolar dos seus filhos e das demais crianças, conversaram e decidiram ir falar com a autoridade do município no intuito de regularizar a situação. Elas sabiam o que precisavam, sabiam a quem deviam reivindicar, então se organizaram em um conversa informal e ficou definido quem ia convidar outras mães e quem ia verificar a disponibilidade da autoridade em questão.

Questionei se esse pedido não devia ser feito pelo presidente da associação³, já que ele que é o representante, contudo me responderam que elas não esperam que ninguém faça ou reivindique algo, se sabem o que precisa ser feito elas mesmas tentam resolver.

A participação social requer que as pessoas envolvidas se entendam como pertencentes à situação vivida, que se identifiquem com a necessidade para então agir sobre ela, seja de forma sistematizada ou não. Nesse ponto, Nepomuceno (2009, p. 46) explica:

Dentro do campo da Psicologia Comunitária o termo 'participação' remete a fazer parte de algo, onde o fenômeno passa a ser algo 'nosso' para os partícipes (...) a participação, portanto, é um processo de aprofundamento da inserção social e transformação da realidade, onde o sujeito deixa sua marca na história e é por esta marcado.

³ Associação de moradores e moradoras da comunidade Sítio Serraria.

Ainda no que diz respeito à participação, é imprescindível salientar que a conjuntura comunitária, normalmente atravessada por problemas estruturais e sociais, é muitas vezes determinante no processo de “afetação” das moradoras e moradores com sua própria realidade, e assim, concordo com Góis (2005, p. 150) quando ele elucida que “a participação implica em que a pessoa influenciada pelas condições e situações histórico-sociais que em geral lhe afetam materialmente e/ou existencialmente, decide participar de atividades socialmente significativas no lugar em que vivem”.

Seguindo nessa direção de contextualizar/caracterizar a categoria comunidade, aportamos na definição trazida por Maritza Montero (2004, p. 100, tradução nossa) que diz:

Uma comunidade é um grupo em constante transformação e evolução (seu tamanho pode variar), que em sua interação gera um sentido de pertencimento e identidade social, fazendo seus integrantes tomarem consciência de si como grupo, e fortalecendo-se como unidade e potencialidade social.

A noção de comunidade está atrelada à conscientização por parte das pessoas que ali habitam de que são uma unidade. Com o tempo se estabelecem vínculos que auxiliam na construção de uma identidade própria para aquele local. Posto isso, Montero (2004, p. 100, tradução nossa) continua explicitando:

A comunidade é, também, um grupo social e histórico, que reflete uma cultura preexistente ao investigador; que possui certa organização, cujos graus variam a cada caso, com interesses e necessidades comuns; que tem sua própria vida, na qual coexiste uma pluralidade de vidas provenientes de seus membros; que desenvolve formas de interação frequentemente marcadas pela ação, pela afetividade, pelo conhecimento e pela informação. Não se deve esquecer que, como parte de sua dinâmica, essas relações internas podem também chegar a situações conflituosas que levam à sua divisão, desintegração e perda de identidade.

Neste texto, compartilho com Montero (2004) e Góis (2005) a ideia de comunidade como algo que se embasa em relações sociais próximas e localizadas em um mesmo espaço físico, ou seja, na mesma delimitação territorial, onde a interação entre as pessoas produzem um sentido próprio para o local e se observa a formação de laços de união e afetividade.

A compreensão da composição deste espaço de relações, que é coletivo e individual ao mesmo tempo, foi fundamental para a realização desta pesquisa, por isso devem ser consideradas várias dimensões e especificidades que caracterizam e

conceituam uma comunidade, tais como: limites geográfico e territorial; atividades econômicas e sociais comuns; mesmo nível socioeconômico; laços históricos e culturais; necessidades e problemas comuns; convivência efetiva, duradoura e direta; mesmo sistema de representações sociais; sentimento de pertencimento à comunidade; etc. (GÓIS, 2008).

Pereira (2008) completa o entendimento de comunidade quando coloca, além do que já foi mencionado acima, que se trata de um espaço plural, com múltiplas possibilidades religiosas, ideológicas, políticas e étnicas.

Dessa forma, esse local de interação, de proximidade entre pessoas, a partir de demandas comuns, torna-se um terreno fértil para tratar de questões referentes à identificação dos/das habitantes em relação ao seu papel nesse lugar de convivência, e às criações sociais particulares. Assim, as pessoas geram vínculos de pertencimento com o espaço comunitário, e uma das entrevistadas demonstrou isso:

Tive a oportunidade de sair, né? De sair pra ensinar na cidade, mas eu não quis. Não quis. E sempre quando eu criei minhas filhas, foi dizendo assim: *vamo* ajudar nossa comunidade (Dália).

As relações desencadeadas neste território são permeadas pelas formas de interação comunitária que permitem às pessoas formar elos que auxiliam na dinâmica de vida cotidiana. Dessa forma, o uso de mutirão, o compadrio, o sentimento de pertencer, a própria união de vizinhança configuram uma sociabilidade típica desse tipo de organização (BRANDEMBURG, 2010).

Os laços concebidos entre as pessoas e delas com o ambiente reforçam a construção de uma identidade social de lugar que é fortalecida pelas vinculações históricas próprias e também pelo compartilhamento das necessidades comuns vivenciadas neste lugar. É possível verificar uma maior integração diante das dificuldades a serem superadas, e assim desabrocham ações solidárias, como podemos perceber no seguinte relato:

Eu moro numa comunidade que é só uma negritude. *Somo* só uma família só. Eu não sei o que é uma necessidade. Assim, de dizer assim, existiu fome, mas meus filhos nunca passou. Porque quando eu não tenho, minha família tem, eu tenho (Flora).

A identificação criada com o lugar é essencial para ter um sentimento de comunidade, que pode ser traduzido como apego ao lugar, na qual as moradoras e

moradores se conectam afetivamente com aquele espaço, principalmente pela via da satisfação de condições básicas para viver. Nesse sentido, podemos perceber a existência de uma forte questão ligada à segurança, que é garantida por essas interações de proximidade entre as pessoas (LIMA; BOMFIM, 2009).

A apropriação do contexto comunitário, como “um espaço físico-social de sobrevivência, defesa e desenvolvimento” (GÓIS, 2005, p. 57) é fundamental para o reconhecimento do lugar na constituição pessoal e social de seus habitantes. A condição de sentir-se assistido pelas pessoas que dividem as mesmas necessidades e objetivos garante um sentimento de acolhimento e proteção.

Abramovay (2000) chama a atenção quando se refere ao território, pois expõe que ele é constituído por um “tecido social”, não se restringindo apenas as propriedades naturais, sendo atravessado por relações com configurações políticas, históricas e de identidades, que se tornam importantes para a articulação de uma comunidade. Assim a noção de territorialidade ganha dimensões maiores, uma vez que atrelamos a dimensão relacional e subjetiva, juntamente à história e cultura desse espaço.

O que é basilar ao discorrer sobre comunidade é perceber que ela é efetivada na realidade concreta, tomando por base sua história, o que acontece através de alianças entre os sujeitos, da manutenção dos costumes, e da própria essência do local (BUBER, 1987).

Cientes do que comunidade abarca enquanto categoria de estudo, é relevante destacar a maneira como se pode efetivar tudo que foi anteriormente exposto. Nessa perspectiva, Montero (2006) nos ensina um caminho importante para a manutenção do espaço comunitário como meio primordial na constituição identitária e social das pessoas. Isso se dá através de um conceito denominado fortalecimento comunitário, que é

(...) o processo mediante o qual os membros de uma comunidade (indivíduos interessados e grupos organizados) desenvolvem conjuntamente capacidades e recursos para controlar sua situação de vida, atuando de maneira comprometida, consciente e crítica, visando à transformação do seu entorno conforme suas necessidades e aspirações, transformando ao mesmo tempo a si mesmos (MONTERO, 2006, p. 72, tradução nossa).

O fortalecimento é imprescindível para o desenvolvimento da comunidade e ele acontece através das moradoras e moradores, que numa construção contínua

buscam enfrentar os problemas existentes e lançam mão de toda a construção de apego, pertencimento, afetividade, solidariedade, união e comprometimento que caracterizam o viver nesse local.

2.1.1 Comunidades rurais

O território rural brasileiro é bastante diversificado, existindo espaços demarcados pelo agronegócio, e outros em que perduram a manutenção de algumas tradições que englobam a agricultura de subsistência, em que subsistem aspectos de vila, de comunidade e de cidades pequenas. Não é pretensão deste estudo, expor modelos polarizados e dicotômicos, apenas ilustrar a heterogeneidade da área rural.

Esse ambiente é visto de forma diferenciada pelos teóricos e pelas teóricas, para algumas/alguns há uma desconstrução dele com a chegada dos processos modernos de cultivo do espaço de produção, destruindo assim as organizações familiares de trabalho na terra e provocando, muitas vezes, o êxodo rural. Nesse cenário, todas as atividades estão submetidas aos desígnios do capital. Em contrapartida, outras/outros estudiosas e estudiosos percebem este espaço reconstruído pelos agricultores e agricultoras, que estão ancorados na tradição da vida camponesa. Convém destacar que o rural neste país pode ser demonstrado como um mosaico, onde vemos uma coloração do tempo sendo impressa na diversidade de possibilidades existentes, formando uma ruralidade plural (BRANDEMBURG, 2010).

No nordeste, e principalmente em algumas regiões do Maranhão, observamos um espaço rural ainda sem traços desenvolvimentistas, como é o caso da cidade onde realizei esta pesquisa. A energia elétrica chega aos poucos e não há saneamento básico, além disso, predominam moradias feitas de taipa, com pouco conforto e segurança.



Figura 01: Comunidade Sítio Serraria – Cidade de Peritoró/MA.



Figura 02: Habitações no Sítio Serraria – Cidade de Peritoró/MA.

A economia da maioria das cidades rurais nordestinas é baseada essencialmente na agricultura familiar ou criação de pequenos animais e no comércio. É uma vida simples, as opções de lazer são escassas e os serviços que

envolvem saúde, educação e assistência social funcionam muito aquém das necessidades (XIMENES; MOURA JÚNIOR, 2013).



Figura 03: Plantação de hortaliças – Cidade de Peritoró/MA.

Diante da realidade comprometida e agravada pela falta de investimento do poder público para melhorar a vida da população na área rural, algumas medidas são adotadas para atenuar os problemas existentes. Relacionado a isso, Brandenburg (2010, p. 420) afirma:

A busca por melhores condições de sobrevivência faz com que se desenvolvam ações coletivas visando à construção de igrejas, escolas, pontes (...) e é nesse contexto que se criam laços de pertencimento a uma comunidade, resultando daí relações de proximidade (...) típico de uma comunidade, tal como concebida tradicionalmente. Essas relações, no entanto, só são reproduzidas na medida em que estes agricultores [e agricultoras] pertencem a uma mesma categoria ou mesma condição: a condição camponesa.

No que diz respeito à história agrária do nosso estado, temos um cenário problemático e extremamente violento. O Maranhão ocupa as primeiras posições no índice de conflitos por terra (CPT, 2015). O acesso a ela é uma batalha armada e mesmo as áreas menos povoadas e fora das “zonas de conflitos” também sofrem com isso. Os grandes latifúndios são o principal empecilho para as comunidades vocacionadas ao trabalho no campo.

Outro grave problema deste estado é denunciado por Barbosa (2013) quando afirma que o território maranhense é permeado por práticas como a grilagem, a criação de pastos para a pecuária extensiva, a queima de roçados, a devastação de palmeiras de babaçu, além de graves problemas como a concentração fundiária. Esse quadro vem ameaçando a sobrevivência das pequenas produtoras e dos pequenos produtores rurais ao longo das últimas décadas, principalmente as quebradeiras de cocos, as agricultoras e os agricultores.

Na área rural, situações de pobreza e exclusão fazem parte do cotidiano para grande parte da população, principalmente quando se trata da questão da terra. As trabalhadoras e trabalhadores rurais sofrem historicamente com a desigualdade na distribuição de terras neste país e não foi diferente com as entrevistadas:

Foi um horror o que eu já sofri pra trabalhar na nossa mãe terra, porque a terra é de todos nós, tem que trabalhar é nela pra sobreviver (Íris).

A gente encontrou muita dificuldade no interior por causa dos proprietários de terra, entendeu?! Que impedia da gente trabalhar e a gente era muito coagido a trabalhar (Amarílis).

Nós *num* tinha terra, outra dificuldade grande é porque nós nunca *tivemo* terra né? Nós trabalhava na terra *aleia* né? Nós andava era longe pra fazer roça (Íris).

A dificuldade que a gente teve aqui, como mulheres trabalhadoras foi a luta da terra, foi uma dificuldade muito grande, pra nós conseguir essa terra para poder trabalhar, foi com muita luta, teve muito conflito, muita violência contra o homem e a mulher também (Yasmim).

Essa terra nós trabalhava nela. Depois o dono impediu, que *num* era pra trabalhar. E quando o dono impediu, nós *juntamos* um grupo e fomos lutar pra nós trabalhar (Íris).

A relação terra e trabalho é o eixo principal desses conflitos, os diversos atores do contexto rural divergem no tocante ao sentido de valorização da terra. Para os empresários, madeireiros, fazendeiros, grileiros e grandes mineradoras a terra é um instrumento de lucro, transforma-se em mercadoria, não há nenhuma vinculação afetiva, o reconhecimento do lugar é apenas para atividade econômica, posto que a maioria deles sequer estabelece moradia no campo. Já os camponeses e camponesas, os agricultores e agricultoras familiares, os principais personagens da vida rural, dão um significado particular ao território onde vivem e não deixam que a mercantilização subjuguem o valor inexorável que a terra tem para eles, sentido construído historicamente (CPT, 2015).

2.2 Relações Comunitárias

As interações comunitárias são fundamentais para o entendimento de um lugar como construtor de identidades para os/as habitantes, assim considero comunidade como um espaço propício para o desenvolvimento das relações entre as pessoas que, em comum, possuem o sentimento de pertencimento, ou seja, a comunidade fornece mecanismos que auxiliam as pessoas a se identificar com aquele local, ao passo que são estas mesmas pessoas que constroem sua história.

Recorrendo ao conceito de relação utilizado na Psicologia Social, temos o que Guareschi (1996, p. 82) nos apresenta: “relação é uma coisa que não pode existir, que não pode ser, sem que haja uma outra coisa para complementá-la (...) essa ‘outra coisa’ fica sendo parte essencial dela”. Assim, no contexto comunitário, essas relações fornecem elementos fundamentais para a convivência e para a criação ou manutenção de vínculos, tanto com o lugar quanto com os/as demais residentes.

Lane (1989) aponta que a relação com os outros indivíduos é imprescindível para o homem sobreviver. Estar em contato com o outro, fazer parte de um mesmo meio, faz com que as pessoas se aproximem por afinidade ou por necessidade, principalmente quando possuem interesses em comum.

A comunidade deve ser constituída por relações igualitárias, logo, entre as pessoas é importante que se tenha igualdade quanto aos direitos e deveres, assim todas e todos têm voz e vez, e a singularidade de cada uma/um é respeitada. Outra dimensão essencial nas interações comunitárias é a afetiva, que implicará em relações permeadas pelo amor e estima (GUARESCHI, 1996).

Nessa direção, observa-se em alguns relatos das participantes a relevância dessas relações comunitárias para elas.

Dentro da nossa comunidade todo mundo tem voz, todo mundo tem vez e vamos tentar resolver as coisas junto, nós *trabalhamo* junto, nós *queremo* junto, aquele que nós *vamo* fazer é pra nós (Dália).

Isso pra mim é mais do que uma importância... eu sou uma árvore e essa árvore todo dia é estrumada, porque só aquele carinho do meu povo, de criança, dos idosos, de todo mundo dizer ‘Flora, você está aqui’ (Flora).

A comunidade me dá apoio para me manter, assim, firme e forte (Yasmim).

Dentro da comunidade (...) é assim no momento que um precisar, *tá* todo mundo junto. Existe desavença, mas existe também essa união (Dália).

Para melhor compreendermos as relações entre os moradores e moradoras de um espaço comunitário, é válido esclarecer que existem diferenças entre comunidades urbanas e rurais tradicionais (GÓIS, 2005). No espaço rural, verifica-se com facilidade a cooperação entre os indivíduos, existe a construção de uma forte identificação daquele local como sendo seu, e é mais fácil notar movimentações das pessoas para promover melhorias na comunidade. Isso pode ser explicado, em parte, pela necessidade de maior infraestrutura nos espaços rurais. Já na área urbana, com o ritmo mais acelerado de vida, acesso a meios tecnológicos (computadores, celulares) mais facilitado, maior densidade populacional e uma configuração espacial diferenciada, as interações entre as pessoas tendem a ser menos intensas, o que pode prejudicar o desenvolvimento de atividades comunitárias.

De acordo com o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)⁴, grande parte das pessoas que se encontram em situação de pobreza neste país vivem na área rural. Logo, essa área pode ser entendida como o mais precária do território brasileiro (XIMENES; MOURA JÚNIOR, 2013). Muito tem sido feito por essa população com programas sociais do governo, a exemplo do Brasil sem Miséria, no entanto, a condição de vida no campo ainda precisa de investimentos pesados para mudar sua realidade social. Portanto, é necessário estruturar mais planos de geração de renda e ações mais efetivas de diminuição da pobreza.

Quando focamos no estado do Maranhão, verifica-se que este possui a terceira maior população rural da confederação⁴. Posto isso, temos uma quantidade alta de maranhenses em condição de pobreza, não só porque temos muitas pessoas morando na área rural, mas também por possuímos um dos piores índices de desenvolvimento humano (IDH) do país⁵.

⁴ Sinopse do Censo Demográfico de 2010.
Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv49230.pdf>>. Acesso em: 15/06/2015.

⁵ Atlas do desenvolvimento humano no Brasil.
Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/ranking>>. Acesso em: 02/06/2015.

2.3 Psicologia Comunitária

Vislumbrando o cenário anteriormente descrito, que inclui a pobreza como principal elemento, é necessário situar de que forma a Psicologia pode contribuir para modificar tal panorama, especificamente a partir do olhar da Psicologia Sócio-Histórica e da Psicologia Comunitária, que têm no cerne de suas teorias a preocupação com a população mais pobre e, por vezes, excluída.

A Psicologia não demonstrou preocupação com tal clientela ao longo de sua história, e dessa forma absteve-se de ter uma práxis voltada para ações que estivessem relacionadas com esta demanda (BOCK *et al.*, 2007).

Quando tratamos de pessoas que vivem em situação de pobreza é relevante suscitar que algumas delas tornam-se excluídas socialmente, e que pobreza e exclusão não são sinônimos, mas estão fortemente articuladas. O que deve ficar claro é que a situação de carência social extrema, de precariedade da condição de vida e de ausência de renda podem conduzir à exclusão. As desigualdades relacionadas ao acesso a serviços de educação, saúde, ao mercado de trabalho, à moradia, ou seja, a vários tipos de políticas públicas, podem ser determinantes para sua condição de excluído (WANDERLEY, 2012).

Ao reduzirmos o âmbito de observação dessa exclusão para o contexto rural, temos uma realidade comprometida com a pobreza, com a falta de recursos para circunstâncias dignas de sobrevivência e também com a desigualdade na utilização das terras.

As problemáticas relacionadas ao campo foram, por muito tempo, esquecidas no bojo das reflexões da ciência psicológica, no entanto, houve um resgate e desmistificação por perspectivas como a Psicologia Comunitária que propiciou uma visibilidade maior dessa situação social.

A urgência em tratar essa questão era tanta que o Conselho Federal de Psicologia produziu um documento sobre o tema no intuito de orientar a atuação de psicólogas e psicólogos. Nessa produção, não eximiu o seu papel em auxiliar na transformação social. Tem-se, então que:

A atuação e exercício profissional da Psicologia no âmbito das ruralidades e das questões da terra tornam-se uma tarefa necessária para fazer que essa ciência e profissão avance na sua capacidade propositiva de contribuir com a transformação social, assumindo o seu compromisso com os setores

historicamente marginalizados, excluídos e submetidos à invisibilidade social em nosso país (CFP, 2013, p. 74).

Dessa maneira, para pensarmos na questão de transformação social é importante relacionar com essas desigualdades existentes e que geram um cenário de exclusão de uma parcela da população, por exemplo, a do campo. Não consigo conceber uma transformação sem uma diminuição das disparidades sociais e econômicas. Para caminharmos nessa direção é válido discorrer aqui sobre a Psicologia Social que nos permite refletir sobre tal conjuntura e que de alguma maneira orienta para uma prática que contribui para uma mudança social.

Destaco que prioritariamente serão consideradas as perspectivas psicológicas que se materializaram no contexto da América Latina. Elas foram suscitadas a partir da crise do modelo norte-americano de Psicologia Social. Tal modelo não buscava superar os problemas socioeconômicos e, por conseguinte, não se adequava às necessidades da população latina (GÓIS, 2005).

Não posso esquecer também de mencionar sobre a contribuição da Psicologia Histórico-Cultural de Vygotsky que foi fundamental para a construção da Psicologia Sócio-Histórica, que também influenciou a Psicologia Comunitária.

Ainda dentro do mesmo paradigma, concordo com Sawaia (2009, p. 365) quando ela afirma que:

Todos temos o firme propósito de assegurar a presença da Psicologia Social na análise das questões sociais como um saber militante em nossas atuações em comunidade, em movimentos sociais, em políticas públicas de saúde e de assistência social, bem como em outras ações de caráter coletivo, e enfrentamos dificuldades geradas pela falta de referencial analítico que oriente as práticas emancipadoras.

Como mencionado anteriormente, a Psicologia Social passou um longo período sem dedicar a necessária atenção às demandas práticas que se relacionam com a realidade vivenciada por muitas pessoas que são afetadas por situações sociais graves e que promovem carências diversas. Garantir esse saber militante é de certa forma priorizar o que foi esquecido pela Psicologia ao longo da história. Propor uma prática que tivesse como objetivo trabalhar com a população pobre é primordial para referenciar ações emancipadoras.

Nesse cenário, se encontra a Psicologia Sócio-Histórica, que pode apresentar uma possibilidade de atuação transformadora, já que está voltada para as necessidades sociais. Tal abordagem foi embasada no materialismo histórico

dialético marxista, o que já sinaliza uma vertente de pensamento crítico (GONÇALVES, 2003).

Aqui cabe um esclarecimento sobre os pressupostos em que foi pautada a Psicologia Sócio-Histórica e para tanto é interessante descrever sobre a Psicologia Histórico-Cultural. Vygotsky é o seu principal teórico e foi influenciado pelo pensamento de Karl Marx, que construiu uma dialética materialista.

O materialismo dialético pode ser definido como a filosofia do materialismo histórico, ou mesmo o corpo teórico que pensa a ciência da história e supõe que não existem oposições dualistas/dicotômicas entre as instâncias sociais e individuais, objetividade e subjetividade, interno e externo (ALVES, 2010).

Tendo um suporte teórico na teoria marxista, Vygotsky (2000, p. 23) enuncia o que seria a Psicologia Histórico-Cultural:

A palavra história (psicologia histórica) para mim significa duas coisas: 1) abordagem dialética geral das coisas – neste sentido qualquer coisa tem sua história (...); 2) história no próprio sentido, isto é a história do homem. Primeira história = materialismo dialético, a segunda – materialismo histórico. As funções superiores diferentemente das inferiores, no seu desenvolvimento, são subordinadas às regularidades históricas (...). Toda a peculiaridade do psiquismo do homem está em que nele são unidas (síntese) uma e outra história (evolução + história).

Vygotsky sabia que as propostas da Psicologia em vigor na sua época não eram capazes de entender o ser humano em sua plenitude. Ele já trazia pensamentos que indicavam a necessidade de se discutir a crise da Psicologia. Em suas palavras: “A tese de que existem duas psicologias (a científico-natural, materialista e a espiritualista) expressa com mais precisão o significado da crise do que a tese da existência de muitas psicologias” (VYGOTSKY, 2004, p. 335).

Na sua concepção essas duas tendências não davam conta de compreender o homem, pois o percebiam de maneira segmentada, retalhada, ancoradas em suas crenças imutáveis e não havia nenhuma abertura crítica para entender ou conhecer novas doutrinas (MOLON, 2004).

Vygotsky entendia que era necessário outro caminho, “um terceiro caminho”, diferente dos seguidos por essas duas perspectivas. Tal caminho é permeado pelo pensamento marxista, que abarca a natureza, o pensamento e a história. (VYGOTSKY, 2004).

A grande contribuição de Vygotsky foi pensar o indivíduo a partir de suas relações sociais e históricas, desvinculando-o de um caráter internalista e propondo

um estudo relacional com o meio. Sua posição de que a consciência e as funções superiores se enraízam no espaço social, na relação com os objetos e pessoas, e nas condições objetivas de vida social, permitiu que a Psicologia, ao elucidar os processos subjacentes ao desenvolvimento humano, levasse em conta tais relações (MARTINS, 1994).

Reportando-se ao pensamento de Marx e Vygotsky é que foi constituída a Psicologia Sócio-Histórica, que teve como expoente no Brasil a professora Sílvia Tatiana Maurer Lane, sendo ela uma das principais responsáveis pelo desenvolvimento de tal perspectiva na Psicologia Social Brasileira. Suas ideias permitiram posteriormente a construção da Psicologia Social Comunitária (BOCK *et al.*, 2007).

Não é possível citar Silvia Lane sem necessariamente relacionar com o discurso da necessidade de uma transformação social, rompendo com a tradição elitista da Psicologia e se comprometendo em realizar um compromisso social com os menos favorecidos. A sua maior preocupação, como apontam Bock *et al.* (2007, p. 47) era construir:

(...) uma psicologia social voltada para a realidade brasileira e latinoamericana, com vistas a contribuir para a superação das desigualdades e das situações de opressão, demandava uma construção teórica que permitisse compreender o homem como participante do processo social.

A perspectiva Sócio-Histórica tem sua visão de homem fundamentada no entendimento da condição humana como ativa, social e histórica; da sociedade como produção histórica através do trabalho realizado por esse modelo de homem; das ideias como representação de uma realidade; e da história como movimento contraditório do fazer do ser humano (BOCK, 2007).

O objeto de estudo da Psicologia Sócio-Histórica passou a ser concebido a partir dessa visão de homem citada acima, logo a proposta seria tratar, de acordo com Bock *et al.* (2007, p. 50):

(...) o homem como ser histórico, a dialética entre indivíduo e sociedade, o movimento de transformação da realidade. O objetivo era compreender o indivíduo em relação dialética com a sociedade; a constituição histórica e social do indivíduo e os elementos que explicam os processos de consciência e alienação; e as possibilidades de ação do indivíduo frente às determinações sociais.

Dessa maneira, a Psicologia Sócio-Histórica pode ser entendida como uma abordagem crítica, uma vez que as perspectivas fundadas no modelo tradicional norte-americano eram totalmente descontextualizadas da realidade social, econômica e cultural, principalmente da América Latina e não tinham no cerne da sua teorização a visão de problematizar a realidade e tentar contribuir para uma mudança social (BOCK, 2007).

Adotando uma postura diferenciada, a perspectiva Sócio-Histórica construiu princípios importantes para sua caracterização enquanto tal. Entendo ser válido expor quais são esses aspectos. Primeiramente, tratou de abandonar a concepção abstrata do fenômeno psicológico, sendo ele não pertencente à natureza humana e tão pouco preexistente ao homem, assim falar de fenômeno humano é entrar na seara da condição social, econômica e cultural que vivem os homens. Outro elemento que confirma sua posição crítica é quando tal abordagem caminha no sentido contrário ao da tradição estigmatizadora da ciência e profissão psicológica, que promoveu, por muito tempo, esse afastamento das necessidades sociais para as quais se poderia contribuir. A Psicologia Sócio-Histórica vislumbrou a possibilidade de atender a população mais carente, descolando-se assim dos interesses dos grupos dominantes que a Psicologia serviu e ainda serve. O terceiro aspecto relaciona-se ao projeto de negação da naturalidade e previsibilidade embasada em pressupostos que desconsideram a influência social sobre nosso desenvolvimento, afirmando, dessa forma, o ser humano como produto das determinações sociais e culturais (BOCK, 2007).

Ao superar definitivamente a postura positivista e idealista, o que foi possível com a adoção do materialismo histórico dialético, a Psicologia Sócio-Histórica desenhou um novo percurso para a prática profissional, alicerçada em um viés de criticismo frente à realidade e posicionando o profissional a favor das melhores condições de vida para qualquer pessoa (BOCK, 2007).

Conforme exposto, o legado de Silvia Lane com a Psicologia Sócio-Histórica semeou a construção da Psicologia Social Comunitária e, a partir de seu diálogo com outros teóricos latino-americanos, como Martín-Baró, permitiu o desenvolvimento dessa vertente.

A teoria histórico-cultural de Vygotsky também foi usada como base pela Psicologia Comunitária, por isso a presença do pensamento marxista em sua teoria

é notória. O materialismo histórico e dialético é interpretado pelos teóricos dessa abordagem como sendo

(...) a construção de um conhecimento que seja capaz de transformar o mundo pela ação coletiva dos homens. É esta postura de construção do sujeito histórico capaz de mudar seu cotidiano pela sua inserção coletiva que a Psicologia Comunitária persegue (BRANDÃO, 1999, p. 39).

Assim, a dialética advinda do modelo marxista é incorporada não apenas como um método de apreensão do real, ou seja, um modelo científico, mas sim como uma lógica de expressão da própria realidade vivida. As comunidades estão inseridas em uma realidade entendida como dialética, uma vez que há a concretização de diversas dimensões, principalmente a totalidade, a contradição e o movimento (CHEPITULIN *apud* BRANDÃO, 1999).

Nas comunidades existe essa dimensão de movimento, têm-se mudanças que podem gerar certas contradições, no entanto, é fundamental para o convívio não haver nada estático. Ao falar de totalidade, ela acontece à medida que existem as contínuas interações, relacionamentos com outras comunidades ou mesmo entre os/as habitantes, que se completam.

Posto isso, é válido elucidar como se desdobrou o percurso teórico da Psicologia Comunitária. Lane (1996) evidencia que para navegar na história desta no Brasil é necessário estar próximo da própria economia e política do país e da América Latina. Ela expõe que em pleno momento de ditadura militar houve um incômodo intelectual dos docentes de Psicologia no tocante ao entendimento da Psicologia como ciência e dos rumos das questões concernente à saúde mental, que, a partir de então, aproximava o tema das atividades junto à população marginalizada.

Neste período desponta o termo 'Psicologia Comunitária', fortemente relacionado às atividades que tinham como foco a população pobre, ainda que influenciado por uma prática norteada pelo assistencialismo.

A Psicologia Comunitária na América Latina surgiu por influência da Psicologia Social crítica, da educação popular e da Teologia da Libertação, sendo esses saberes pautados em algumas vertentes inovadoras para aquele momento histórico, tais como: concepções teóricas e estudos empíricos de comunidade; intervenções sociais, assistenciais e educativas; movimento social de saúde mental e crise da Psicologia Social (GÓIS, 2005).

Nos anos de 1960, com a concepção de educação popular desenvolvida por Paulo Freire, houve aproximações com o contexto comunitário em que se desenvolviam atividades na tentativa de construir uma 'conscientização da população'.

Arendt (1997) destaca três possíveis causas para o surgimento de uma Psicologia Comunitária, quais sejam: a tentativa de fornecer respostas às condições históricas de desigualdades vividas na América Latina; a mudança de foco da Psicologia Social que era uma imitação da abordagem experimentalista norte-americana e não se adequava a realidade latino-americana; e a influência do pensamento de Paulo Freire. Tínhamos então uma Psicologia contextualizada e com forte relevância social.

Os escritos de Paulo Freire foram extremamente importantes na articulação tanto prática como teórica da Psicologia Comunitária no Brasil. Suas contribuições, ao trabalhar com a necessidade da conscientização do povo oprimido para verdadeiramente existir uma transformação social, que ele mesmo expõe sendo possível somente em colaboração entre os sujeitos, foi essencial para fortalecer o projeto político almejado pela Psicologia Comunitária.

Logo, o que deve ser frisado é essa condição de opressão que muitos sujeitos vivenciam, e esse caráter, essa identidade de oprimido deve ser alterada para que seja possível uma tomada de consciência desses indivíduos. Nas palavras de Freire (1987, p. 96):

Se as massas populares dominadas (...) se acham incapazes, num certo momento histórico, de atender a sua vocação de ser sujeito, será, pela problematização de sua própria opressão, que implica sempre numa forma qualquer de ação, que elas poderão fazê-lo.

A possibilidade de problematizar sua realidade, de perceber sua condição de oprimido e em colaboração com outros sujeitos promover mudanças, transformações, é o que serve de inspiração para a Psicologia Comunitária quando trabalha com a noção de sujeito comunitário.

Na década de 1970, no âmbito da saúde mental, foram concebidos espaços comunitários como modelo de ações de prevenção para atuar embrionariamente como substitutos dos hospitais psiquiátricos. Nesse cenário, a Psicologia Comunitária, com suas práticas voltadas para a saúde mental e para a educação, foi legitimada em dois momentos: os encontros de profissionais da

Psicologia organizados pela Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO) em 1981 e 1988, nos quais foram discutidos vários estudos desenvolvidos em comunidades (LANE, 1996).

De posse do recorte histórico recente da Psicologia Comunitária, vamos tratar de algumas de suas contribuições. Conforme descreve Góis (2003, p. 30) esta é uma área:

Para a compreensão da atividade comunitária como atividade social significativa (consciente) própria do modo-de-vida (objetivo e subjetivo) da comunidade e que abarca seu sistema de relações e representações, modo de apropriação do espaço da comunidade, a identidade pessoal e social, a consciência, o sentido de comunidade e os valores e sentimentos aí implicados.

A Psicologia Comunitária tem como norteadores três objetivos centrais: o desenvolvimento de sujeitos comunitários, o desenvolvimento da comunidade enquanto instância ativa de poder local e a construção da Psicologia Comunitária dentro do enquadre teoria-prática-compromisso social (GÓIS, 2005).

No que refere ao desenvolvimento do sujeito da comunidade, isso acontece mediante o aprofundamento da consciência dos indivíduos com relação às suas interações em comunidade, na perspectiva de organização e desenvolvimento dela própria.

Para tanto, essa área se propõe a estudar os sentimentos, sentidos e significados coletivos e também individuais da forma de interagir em comunidade, baseada, sobretudo, na transformação social e na formação de sujeitos comunitários problematizadores da sua realidade (GÓIS, 2003).

Um conceito bastante transversal em Psicologia Comunitária é a questão da tomada de consciência por parte das/dos residentes da comunidade que permite a elas/eles enxergar de forma mais completa o lugar onde moram e, a partir de então, promover mudanças. Sobre essa tomada de consciência, Martín-Baró (1996, p. 16-17) explica:

(...) não consiste em uma simples mudança de opinião sobre a realidade, em uma mudança da subjetividade individual que deixe intacta a situação objetiva; a conscientização supõe uma mudança das pessoas no processo de mudar sua relação com o meio ambiente e, sobretudo, com os demais.

Para Góis (2003), este sujeito é construído pela compreensão da moradora e do morador de que eles são responsáveis pela realidade histórico-social

na qual habitam e que são capazes de transformá-la em seu próprio benefício e em benefício da coletividade, e isso é possível pela via de sua conscientização.

Eu vi que a minha família precisava de mim e como eu tinha aquele maior conhecimento, eu fui correr atrás do conhecimento pra trazer pra eles... Até em Brasília eu já corri pra trazer benefício pra nossa comunidade, nem só pra nossa comunidade como *pras* comunidades vizinhas (Dália).

Não vou desistir da luta de lá enquanto puder buscar alguma coisa pro nosso lugar lá, pra nossa comunidade negra eu vou buscar (Lís).

Então em noventa e três, nós *fundemos* a nossa associação *pra nós arrumar* o benefício que é da nossa comunidade. Aí o que? Nós *arrumemos* estrada, nós *arrumemos* energia, nós *arrumemos* o melhoramento de habitação de casa, que só era as telha e a casa mesmo de taipa (Dália).

Para realizar o desenvolvimento comunitário é preciso considerar certos aspectos tais como: base econômica da comunidade, relações sociais, as instituições, o tempo livre, a cultura, o modo de vida e a história pessoal. Com tais dimensões é possível elaborar estratégias para capacitação técnica, organização de estruturas e processos sociais, como por exemplo, trabalhar a educação dirigida para a formação consciente de lideranças. O desenvolvimento comunitário passa pela ação participativa dos moradores e moradoras, autossustentável e em busca de autonomia local (GÓIS, 2005).

Como último objetivo da Psicologia Comunitária destacamos a reflexão sobre o enquadre que ela deve continuar inserida. A articulação teoria-prática-compromisso social tem uma inserção voltada para a compreensão e para o desenrolar do modo de vida em comunidade, abarcando a dimensão social – a comunidade, e a dimensão pessoal – o sujeito comunitário (GÓIS, 2005).

A Psicologia Comunitária é a expressão de uma teoria preocupada com a transformação social. Tal vertente se fortaleceu por influência da Psicologia de cunho crítico. Assim, fundou-se um paradigma emergente e necessário que se aproximava dos problemas sociais e pretendia contribuir para a redução das desigualdades (GÓIS, 2005). Passamos então a ter uma Psicologia contextualizada e com forte relevância social.

Cabe destacar que a relevância social aqui tratada é aquela que se direciona as necessidades daqueles que estão à margem do desenvolvimento, que são as maiorias populares nos países latino-americanos. O objetivo é orientar o

atendimento prioritário ou preferencial para os problemas dos menos favorecidos, desvencilhando dos interesses dos grupos dominantes (MARTÍN-BARÓ, 2011a).

Corroborando com a ideia de uma Psicologia de cunho verdadeiramente social e transformador, Nepomuceno *et al.* (2008, p. 458) esclarecem:

Compreendemos a Psicologia Comunitária sintonizada com esse paradigma e oriunda desse movimento de crise da Psicologia Social na América Latina. Como entendemos, esta se assenta na perspectiva de uma Psicologia materialista histórico-dialética que propõe a superação da dicotomia, existente nas abordagens psicológicas, entre as influências da maturação biológica e do meio ambiente nos fenômenos psicológicos, a partir da perspectiva interacionista-dialética, que integra elementos de maturação e da influência do meio ambiente na compreensão genética dos fenômenos psicológicos.

Para Góis (2005), a Psicologia Comunitária estuda o modo de vida existente e a maneira através da qual este modo de vida se reflete nos/nas habitantes, transformando-os e singularizando suas atividades no cotidiano de um determinado lugar, sendo comunidade algo que se embasa em relações sociais próximas e localizadas em um mesmo espaço físico, ou seja, na mesma delimitação territorial.

Sawaia (1996) aponta comunidade como espaços relacionais, que vinculam os indivíduos a territórios físicos ou simbólicos. A Psicologia Comunitária orienta para a compreensão das vicissitudes da vida em comunidade e o potencial de desenvolvimento pessoal e social dos seus membros (GÓIS, 2008).

Entendo como relevante na Psicologia Comunitária elucidar sua postura ética e política. Quando tratamos de ter um posicionamento ético e político, estamos demonstrando a intenção primeira de colocar o sujeito e as repercussões sociais como centrais nas discussões e no “fazer” dessa perspectiva.

Nesse sentido, Maritza Montero (2004) evidencia algumas dimensões que se apresentam como paradigmáticas para uma construção crítica de conhecimento. Dentre tais dimensões, vamos tratar especificamente da ética e política.

No que tange à dimensão ética, Montero (2004) traz como sendo seu propósito principal a relação com o outro em termos de respeito e igualdade, sem esquecer-se da responsabilidade que cada um de nós tem com o outro. É jamais perder de vista o reconhecimento de uma comunidade como instância singular, sendo proprietários e construtores de sua história.

A dimensão política trata da finalidade do conhecimento produzido, bem como sua abrangência e suas repercussões sociais. Segundo Montero (2004, p. 49, tradução nossa):

A política refere-se à esfera pública, ao âmbito da cidadania e ao modo como nos relacionamos com outras pessoas dentro dela. (...) A Psicologia Comunitária propõe uma participação cujo caráter político tem uma função desalienante, mobilizadora da consciência e socializadora, com uma práxis que pode ser realizada.

Essas duas dimensões deixam claro que a preocupação é necessariamente com o outro, com o desejo de conscientizar, sem, contudo, desconsiderar sua autonomia enquanto sujeito e enquanto espaço comunitário.

Nesse direcionamento, não poderia deixar de compartilhar um pensamento norteador de Martín-Baró (2011b) que diz: é necessário pôr a Psicologia a serviço das maiorias populares latino-americanas, mas, sobretudo, de reconstruir a Psicologia enquanto ciência, embasada nos interesses dessas minorias, de suas angústias e esperanças históricas.

A base da Psicologia Comunitária é trabalhar com o compromisso social de transformação e de libertação do povo oprimido e explorado da América Latina, pelo viés da construção de sujeitos comunitários e autônomos, logo sua visão de homem e de mulher é entendida pela construção de sujeitos comprometidos com sua história de vida e com a realidade em que vivem. Entendem tal ciência como sendo importante para o pensar de uma prática comunitária e social que se afasta do assistencialismo e se aproxima de uma prática libertadora (XIMENES; GÓIS, 2010).

É necessário evidenciar que é essa condição de oprimido que trago neste trabalho. Trata-se do indivíduo que é desamparado economicamente e socialmente; que em uma sociedade excludente, fica marginalizado, e vive na ausência de condições dignas de moradia, de educação e de trabalho e emprego. A violência, o analfabetismo, a fome crônica, o preconceito, tudo isso forja sua condição de 'ser pobre' (GÓIS, 2012).

Nessa direção, a Psicologia Comunitária procura desvendar a naturalização da opressão que existe nas comunidades pobres, facilitando a atividade comunitária como meio para construir uma comunidade, uma sociedade, como lugar digno para morar (XIMENES; GÓIS, 2010).

Tais abordagens da Psicologia apresentam uma preocupação não somente teórica, mas principalmente prática com relação a demandas sociais que produzem desigualdades e que podem gerar exclusão, pobreza e sofrimento psíquico pela posição que o sujeito se encontra dentro de uma sociedade que pouco faz para minimizar essas desigualdades sociais.

A Psicologia dentro da perspectiva Sócio-Histórica e Comunitária realmente tem a intenção de produzir uma transformação social, no sentido mais verdadeiro de contribuir para melhorias de vida dos mais pobres e também problematizar este estado de precariedade social em que vivemos.



Capítulo 3: Desenvolvimento da liderança comunitária nas trabalhadoras rurais



Este capítulo é destinado a tratar das questões trazidas pelas entrevistadas no que diz respeito à categoria mulher trabalhadora rural e à formação de lideranças, o que na Psicologia Comunitária se relaciona com os chamados sujeitos comunitários, portanto suas conceituações serão abordadas no texto. Também falo sobre o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste, que tem uma importante contribuição para o entendimento das entrevistadas sobre sua condição enquanto mulher e liderança. Por fim, contextualizo um importante evento cujo referido movimento vem ajudando a consolidar: a Marcha das Margaridas.

3.1 Mulheres trabalhadoras rurais: quem são elas?

A constituição da identidade da mulher como trabalhadora rural passa por caminhos tumultuados, que nem por isso deixaram de ser percorridos por elas. Pode-se dizer que ser identificada com tal nomenclatura demonstra uma vitória política das mulheres.

O contexto rural, assim como o urbano, possui traços de uma lógica patriarcalista⁶, o que confere espaços determinados tanto para as mulheres quanto para os homens. Para elas eram destinadas as atividades ligadas ao cuidado da casa e da família, uma delimitação que não passava do quintal da casa. Eram afazeres invisibilizados e pouco se reconhecia sua importância. Já para o homem, era reservado o lugar de tarefas “pesadas” que proviam a família. Mesmo quando a mulher trabalhava junto a ele, seu trabalho era considerado como auxiliar, ainda que não fosse. Instaurava-se uma divisão sexual do trabalho (JALIL, 2013).

A realidade do campo é plurifacetada. Ainda existem configurações familiares estruturadas como dito acima. Entretanto, já vemos muitas mulheres transpondo as barreiras do espaço doméstico, e sua construção como trabalhadora rural desponta da necessidade de ser reconhecida não apenas como dona de casa.

Elas passam então a transgredir espaços que foram socialmente determinados e adotam outra postura frente a sua vida e, adicionado a isso,

⁶ O patriarcado pode ser descrito como um sistema em que existe uma desigualdade de poder entre homens e mulheres, em que a mulher é tida como subordinada ao homem. No próximo capítulo essa categoria será melhor explanada.

começam a recusar classificações que as identifiquem somente como 'do lar'. Assumem, por conseguinte, um posicionamento de mulheres decididas a garantir que seus direitos sejam cumpridos (CORDEIRO, 2006).

Ao passo que elas vão se identificando como trabalhadoras rurais há uma alteração nas relações de gênero na área rural, o que promove mudanças na posição delas em algumas famílias, comunidade e na sociedade em geral (BORDALO, 2011), já que não estavam mais restritas ao âmbito dos afazeres domésticos (que continuam sendo de sua responsabilidade na maioria das vezes) e conquistam outra identidade, são trabalhadoras da terra. Este processo não é automático como possa parecer. Muitas mulheres sofrem com resistências de familiares, vizinhos e instituições, outro problema que elas precisam contornar e muitas vezes não conseguem.

É válido esclarecer que esta apropriação do trabalho rural não aconteceu do dia para noite, nem tampouco era algo fora da rotina delas, como já esclarecido. No campo, tanto as mulheres quanto os homens exercem atividades nas plantações, criações, no cultivo de hortaliças. Contudo é imprescindível deixar claro que até pouco tempo apenas quem era reconhecido legalmente como executor dessas tarefas eram os homens.

Essa luta para se legitimar como trabalhadora rural é recente. Cordeiro (2006) pontua que mesmo executando tarefas na agricultura familiar as mulheres não eram categorizadas como tal, pois as responsabilidades domésticas eram sobrepostas. Se pesquisássemos as certidões de casamento dos(as) residentes da área rural, verificaríamos que só haveria um gênero nesse labor, o masculino. Nesses documentos, normalmente o homem era agricultor e a mulher, doméstica.

Outro fator extremamente relevante nessa tomada de posição como trabalhadora rural, como apontam as autoras Cordeiro (2006) e Jalil (2013), foi a questão previdenciária, que elas teriam acesso ao adquirir documentação que atestasse sua atividade. A garantia da aposentadoria e os demais auxílios foram preponderantes para a articulação delas, o que só viria a ser institucionalizado com a Constituição Federal de 1988, logo, a motivação inicial foi mais pela necessidade de resguardar seus direitos, que até aquele momento era de exclusividade dos homens, do que pela aquisição de uma posição social de visibilidade.

É basilar destacar outro momento de romper barreiras: quando houve a aproximação das mulheres com os sindicatos para se filiarem, participarem das

reuniões e ocuparem espaços na diretoria⁷. Elas foram recebidas com desconfiança e desaprovação (BORDALO, 2011). Nesse ponto, uma entrevistada, confirmou essa dificuldade de acesso aos espaços de representação de classe, nas palavras dela:

Companheiro já teve, já chegou, já disse, não *vamo* botar ela [Amarílis] como presidente de associações porque ela não tem capacidade de exercer essa atividade por nós, não vamos ser mandado por mulher (Amarílis).

(...) próprio companheiro da área, do assentamento. Entendeu?! A gente reunido em grupo, as pessoas não quis votar porque eu era analfabeta e mulher, então eles queriam que o homem era quem mandasse, não a mulher (Amarílis).

A categoria mulher trabalhadora rural merece ser desmistificada com cuidado, tendo cautela para não incorporar um discurso que entenda a essência dela como rígida e imutável. Cordeiro (2006, p. 217) chama atenção para isso quando afirma que não é “algo intrínseco às mulheres que vivem e trabalham na área rural. Ser mulher trabalhadora rural é uma posição assumida a partir do lugar no qual a pessoa se situa”, em outras palavras, não devemos naturalizar e generalizar a estruturação social das mulheres do campo.

Nessa direção, não podemos incorrer no erro de encobrir a diversidade dos sujeitos existentes no meio rural. As mulheres ocupam diferentes formas de representação. Logo o fato delas serem trabalhadoras rurais não impede também que se afirmem como pescadoras, assentadas, quilombolas, indígenas, ribeirinhas, entre outras (SILVA, 2008). É vital frisar aqui a existência da formação subjetiva de cada uma, que é atravessada pela elaboração de uma identidade, que é um processo complexo, não excludente (com outras identidades) e contínuo. Dessa maneira, não devemos ficar presos a um conceito de identidade baseado em substratos invariáveis.

Seguiremos, então, compartilhando do entendimento de Sawaia (2012), que concebe identidade como uma ‘identificação em curso’, sendo ela algo que se transforma ao passo que afirma um modo de ser; é na realidade, um encontro de igualdade e diferença e que converge para o conceito trazido por Góis (2012, p. 107), que coloca identidade como:

⁷ Existem vários meandros importantes quando falamos da participação das mulheres no sindicalismo rural, no entanto, não faz parte dos objetivos dessa dissertação se aprofundar em tal tema. Para isso, pode ser consultado o texto “O sindicalismo rural e os movimentos de mulheres trabalhadoras rurais em Pernambuco” de Bordalo (2011).

(...) expressão transcendente, histórico-cultural, universal, particular, que se revela permanentemente (em movimento, metamorfose) no processo de interação, vivência, representação e identificação do indivíduo com outro e com a vida social.

Acredito que mesmo sendo uma construção complicada, a formação identitária dessas mulheres como trabalhadoras rurais é completamente necessária para que elas alcancem outros papéis sociais, permitindo o acesso a espaços importantes para o fortalecimento de uma categoria. Jalil (2013, p. 66) embasa essa reflexão:

O que percebemos é que o processo social de reconhecimento e ressignificação da identidade 'trabalhadora rural' é conflituoso e complexo, mas permite que as mulheres passem a se reconhecer como sujeitos políticos e percebam os movimentos sociais como instrumento de fortalecimento desta luta.

Outro fator problemático nesta discussão é a situação de propriedade da terra, visto que historicamente as mulheres têm dificuldade de garantir a apropriação da terra em seu nome, seja por compra ou por assentamento de reforma agrária, e o motivo principal disso é a falta de documentação, o que contribuiu para precarizar ainda mais a vida das mulheres e principalmente mantê-las subservientes (JALIL, 2013).

Devido ao contexto rural patriarcal, muitas mulheres nunca tiveram sequer uma certidão de nascimento, a sua posição de subalternidade na família, seja imposta pelo pai ou pelo marido, custa até hoje, para algumas, a dependência a eles. A realidade cotidiana vem mudando, muitas já conseguiram superar esse problema através de mobilização conjunta dos movimentos de mulheres. Nas entrevistas que realizei pude ouvir um relato referente a isso:

Tudo era dependente do marido, ai nós lutamos pela documentação, ai conseguimos a nível nacional, conseguimos a documentação da trabalhadora rural, ainda hoje tem município capengando, mas tira, é gratuito (Rosa).

Discorrer sobre tal cenário é ao mesmo tempo motivador e ultrajante. Motivo-me, pois vejo que é possível transformar conjunturas reforçadas por gerações através da militância, da luta para conquistar aquilo que se quer; e me sinto afrontada por saber que ainda existem muitas brasileiras que se mantêm a mercê da submissão proporcionada por uma ideologia arbitrária.

Por mais que se tenha evoluído, a condição das mulheres trabalhadoras rurais ainda é baseada numa lógica de opressão. Assim muitas reivindicações, muitas ações, muitos enfrentamentos, ainda precisam acontecer para que se aproxime a igualdade nas relações de gênero no campo (JALIL, 2013).

Nesse processo histórico de construção dessas mulheres trabalhadoras rurais, com toda dificuldade, elas superaram mais um entrave, conseguiram ganhar espaço na esfera das relações comunitárias e se tornaram pessoas de referência, lideranças para o lugar onde moram. Este assunto será abordado no tópico seguinte.

3.2 Sujeitos comunitários/lideranças: como as trabalhadoras rurais entendem sua atuação nas comunidades

A Psicologia Comunitária se volta para os indivíduos que compõem o espaço de interfaces e relações onde vivem e dá destaque especial ao que categoriza de sujeito comunitário, que é alguém que necessariamente é ator da vida cotidiana, sendo comprometida(o) com a transformação da vida individual e coletiva, e tendo autonomia para decidir sobre o destino de sua ação (ALENCAR, 2011).

Para Góis (2003), este sujeito é construído pela compreensão do morador ou moradora de que é responsável pela realidade histórico-social na qual habita e que é capaz de transformá-la em seu próprio benefício e em benefício da coletividade.

Esta unidade de estudo – o sujeito comunitário – é complexa, pois atravessa o descobrimento deste indivíduo como um ser de compreensão e reconstrução do espaço onde mora, assim seus desdobramentos alcançam o fortalecimento do sentido de comunidade e das especificidades que a configuram como espaço relacional. Logo, tal sujeito surge da superação das contradições sociais onde vive (GÓIS, 2005).

Preciso traçar aqui o caminho que Góis (2012) elucida sobre a constituição do sujeito comunitário. Antes, digo que não se trata de uma receita pronta e também que nem todos e todas passarão por esse processo, alguns ou algumas podem nunca percorrer tal trajeto, outros e outras podem nem precisar passar, mas urge esclarecer que esse caminho é cruzado pela maioria.

A estruturação subjetiva de cada pessoa é formada a partir do processo ideológico atuante na sociedade, que pode ser favorável e impulsionador para algumas ou desfavorável e opressor para outras. É válido dizer que existe uma ideologia dominante, assim consagrada a partir de uma divisão baseada nas relações materiais, ou seja, do ponto de vista econômico, é ela que organiza as relações sociais de produção, a vida social, o lugar de cada um(a) dentro da sociedade e principalmente respalda a construção da ideologia de submissão e resignação (GÓIS, 2012).

Nessa configuração é formulado um núcleo de precariedade social latente onde alguns indivíduos são inseridos, geralmente são aqueles dotados de carência financeira. Há um forte movimento para culpabilizar tais pessoas por estarem nessas condições, produzindo, dessa maneira, a introjeção de uma identificação de submissão.

Há um conjunto de papéis sociais que permeiam e constituem o psiquismo humano do pobre, situando-o nas posições de conformado, de incapaz, de culpado, de vagabundo, de perigoso e de causador de mazelas sociais. Essas formas de reconhecimento enfraquecem as potencialidades do sujeito, constituindo uma identidade de oprimido e de explorado (XIMENES; MOURA JÚNIOR, p. 457, 2013).

A ideologia de submissão e resignação é característica da população rotulada como subalterna, periférica, aquela julgada como incapaz de ocupar uma posição ativa em sua vida. É nesse contexto que se fabrica uma subjetividade mascarada e problemática, a identidade de oprimido e explorado, reforçado por situações de fome, violência, analfabetismo, preconceito, pobreza, desemprego, entre outras (GÓIS, 2012). Diante disso, urge questionar: o que é possível ser feito? Como transformar essa identidade em uma identidade de cidadão capaz de ser protagonista de sua história?

Antes de esboçar uma resposta, é indispensável demarcar que essa identidade negativa não se configura em uma identificação completa e unívoca de qualquer sujeito. Há sempre uma potencialidade particular e uma possibilidade de desenvolvimento pessoal que necessita apenas ser apoiada/facilitada para sua realização (GÓIS, 2012).

Então, como desconstruir uma identidade de oprimido? De acordo com Góis (2003), pela atividade comunitária, pela atmosfera social que será mediadora de espaços que estimularão seu núcleo de vida e, aos poucos, ela ou ele vai se

descobrir ou redescobrir como um ser capaz de mudanças e de construções em prol dos seus familiares, amigos(as) e vizinhos(as). Será necessário para isso fortalecer algumas categorias preponderantes, quais sejam, o valor pessoal e o poder pessoal:

(...) valor pessoal é um sentimento de valor intrínseco que se manifesta quando a pessoa entra em contato com o seu núcleo de vida, uma tendência para a realização. Sentir-se capaz de viver, gostar de si mesmo, acreditar na sua capacidade de conviver e realizar trabalho são expressões do valor pessoal. Quanto ao poder pessoal, é a capacidade de influir na construção de relações saudáveis com os outros e com a realidade. É a potência com que se vive a cada momento, buscando o crescimento de si e do outro, e a transformação da realidade (GÓIS, 2003, p. 51).

Romper com a ideologia de submissão é um passo importante para alicerçar-se como sujeito comunitário, capaz de romper com qualquer predeterminação estabelecida a sua revelia e se firmando como um ser de luta e de superação das contradições sociais.

A constituição de um sujeito comunitário é viável através do que Martín-Baró (1996) chamava de tomada de consciência, despertada para uma atitude crítica frente a sua conjuntura social, tendo, portanto, sua posição de oprimida(o) ressignificada e sua identidade modificada.

Em outras palavras, a intenção da Psicologia Comunitária é facilitar o desenvolvimento pessoal das(os) habitantes de uma comunidade pela via da conscientização, o que auxiliará na transformação da sua identidade de oprimida(o) em outra desvinculada de amarras sociais opressoras, que será edificada através da redescoberta de suas potencialidades. Além disso, é primordial desmistificar essas diferentes ideologias e desenraizar dos indivíduos oprimidos esse caráter imposto de submissão.

O que deve acontecer é um despertar desse sujeito como um ser com capacidade para mudar seu contexto, no sentido de buscar melhorias e se entender como produtor de sua própria história, realizada a partir das interações que tem com a comunidade que influencia e pela qual é influenciado, formando, deste modo, uma interação dialética (XIMENES; GÓIS, 2010).

Brandão (1999) reitera que o sujeito comunitário consegue alterar o seu cotidiano, através da construção de uma nova realidade, basta apenas que eles se entendam como agentes históricos de uma transformação social que buscam a inserção coletiva dos demais moradores e moradoras.

É fundamental elucidar que, ao falar de um lugar teórico, temos a nomenclatura sujeito comunitário, e ao pensar na experiência prática, na vivência cotidiana temos as lideranças comunitárias, que são em essência as mesmas pessoas.

Nessa perspectiva, liderança comunitária é aquela que busca mudanças para seu entorno e coloca a necessidade geral acima da sua particular, além de ser protagonista de mudanças que tragam melhorias para o espaço comunitário. O entendimento, a partir de sua conscientização, do potencial que se tem para movimentar a construção de uma realidade mais favorável no lugar que habita, é a questão principal para que qualquer indivíduo seja efetivamente um ser de transformação. Sobre tal aspecto, Pizzanato (2010, p. 133) expõe:

Trata-se de um sujeito ativo frente ao meio, dotado de uma infinita potencialidade para usar ferramentas de natureza material e sobretudo simbólica para relacionar-se com o meio que o rodeia, especialmente com os congêneres de sua mesma espécie, que constrói sua subjetividade a partir de, e dentro de um meio material e, sobretudo, sociocultural, que vai sofrendo modificações no transcurso do devir histórico, graças, entre outras razões, à sua capacidade para modificá-lo, e que é capaz de buscar uma solução racional aos problemas que o afligem.

Obviamente, existem pessoas que se intitulam líderes para garantir vantagens pessoais, que possuem características autoritárias, que enganam, manipulam com a intenção de aumentar sua importância e desconsideram o interesse da maioria, baseando suas ações em questões que pouco melhoram a comunidade. Estes são, segundo Montero (2006), os líderes da categoria 'narcisista sedutor', que em nada acrescentam ou ajudam, já que não priorizam as demandas coletivas dos moradores e moradoras.

Entre as entrevistadas, uma relatou a experiência de já ter convivido com pessoas que não desempenham um papel condizente com uma liderança preocupada com o bem estar da comunidade e de seus/suas habitantes. Agindo, de forma individualista.

Porque a nossa comunidade tem lutado com liderança que os outros não têm voz, não tem voz, não tem vez (...) têm uns *líder* que eles querem ser o dono (Dália).

Na contramão disso, Montero (2006, p. 98, tradução nossa) cita outra categoria de líder que realmente é essencial para a comunidade, o 'transformador altruísta', sobre os quais ela pondera:

Os líderes transformadores desenvolvem, além do mais, sólidos vínculos com os demais membros de uma comunidade, que por sua vez lhes correspondem com intensa simpatia e carinho, presentes até mesmo naquelas pessoas menos participativas.

Algumas características estão presentes nesse tipo de liderança, como: são motivadores, mobilizam os membros da comunidade a participar mais intensamente das decisões que dizem respeito ao seu espaço de moradia; ajudam a aumentar a participação das pessoas menos envolvidas nas articulações comunitárias; estimulam o desenvolvimento da comunidade, colocando sempre em primeiro lugar o que é importante para beneficiar os habitantes; delegam responsabilidades para outros membros; compartilham com todos e todas as informações úteis para a comunidade (MONTERO, 2006).

Nas falas de algumas mulheres foi possível encontrar semelhanças entre o que elas já fazem habitualmente no seu espaço de atuação com o que foi dito acima:

A gente tá disponível para todas as questões, as dificuldades que acontecem na comunidade da gente, a gente tá na frente, botando força pra eles criarem coragem para irem em frente (Magnólia).

É uma responsabilidade muito grande, mas tenho o prazer de ajudar, sempre ajudando eles, e eles me ajudando. Me sinto bem, não me sinto mal, me sinto bem mesmo. E tenho orgulho deles e sempre não quero decepcionar eles, né? Tudo que eles, assim, precisar, eu dou (Dália).

O que já veio pra cá tudo foi pelo meu trabalho assim de correr atrás pra trazer conhecimento para as pessoas (...) sempre tem reunião (Hortênsia).

Os líderes ou as líderes, de acordo com a concepção de Montero (2006) são muito populares, a comunidade os considera indivíduos comprometidos com todos e com o local onde moram. Percebi isso tanto ao escutar as mulheres falando quanto são requisitadas em suas comunidades, como em minha observação participante. Pude perceber como a liderança tinha trânsito livre entre as casas, como solicitavam a opinião dela para assuntos corriqueiros e como ela demonstrava se renovar diariamente com aquilo.

Assim, compartilho da premissa de que as lideranças comunitárias são personagens significativas no dia-a-dia de um lugar, não apenas em momentos de reivindicações, de representação ou de luta. Ele ou ela é parte geradora, propulsora da vivência daquele local, e ao se reconhecerem como tal, elucidam os “sentimentos-sentidos” envolvidos nessa função. Nessa direção, minhas entrevistadas explicaram o que é ser liderança para elas:

A pessoa que trabalha, luta pela comunidade e fica correndo atrás de algum benefício que traz ao bem da comunidade, eu sou assim (Hortênsia).

É ser uma pessoa que tem que ter capacidade e tem que tá incentivando, tem que tá ajudando, capacitando, formando e tem *tudo* essa responsabilidade e por isso que no início a gente sonhou muito alto com isso porque a realidade do Maranhão, principalmente das trabalhadoras rurais não é nada fácil não (Rosa).

Ser liderança é ajudar naquilo que você pode ajudar a comunidade, como eu falei correr atrás de ajudas, correr atrás dos direitos das mulheres (Yasmim).

(...) eu sou uma liderança comunitária porque eu sou amiga, eu quero todo mundo, *num* vou excluir ninguém. Qualquer pessoa que chegue e *diga* assim, “eu preciso disso”, “eu quero aquilo”, ou então “eu quero *vim* pra cá”, da minha parte eu sou solidária, eu gosto de todo mundo e quero acolher todo mundo, *as* pessoa que precisa (Íris).

Nesse processo de construção enquanto liderança, onde há o reconhecimento de suas potencialidades, de seu poder e valor pessoal, as mulheres relatam mudanças na sua maneira de encarar as adversidades e problemas cotidianos (superação da identidade de oprimido e explorado). Analisando as falas de algumas delas é possível afirmar que há vicissitudes no seu crescimento pessoal:

Em primeiro lugar há cinco anos atrás nem meu nome eu não sabia assinar, não sabia assinar e hoje eu já me sinto mais importante por isso, *deu* chegar numa reunião pegar um livro e assinar meu nome e pergunta: o que que tu é da comunidade? Eu sou tesoureira, só isso eu já me acho importante (Margarida).

(...) mudou porque assim antigamente o meu comportamento era diferente, e agora não, agora eu converso com todo mundo, eu não tenho vergonha de ninguém, que antigamente eu era mais no meu canto, agora eu não tenho vergonha mais de ninguém, converso com todo mundo, brinco com todo mundo, e eu me sinto encorajada (Magnólia).

Elas também narram as dificuldades encontradas nesse percurso, como quando a vontade de buscar melhorias, de alterar alguma desigualdade, esbarra em questões maiores que freiam seu desejo de transformação.

Eu pensava que a gente transformava as coisas assim de uma hora pra outra. Eu ficava incomodada com tanta informação, que a gente tem que transmitir, a gente tem que mudar e não consegue (...) às vezes a gente fica até assim, porque a gente quer contribuir, quer fazer mais, mas a gente não conseguiu muito (Rosa).

É relevante sublinhar que nas áreas rurais existem diversos sindicatos e associações comunitárias, em que a maioria dos trabalhadores e trabalhadoras rurais são filiados. Neles, há uma pessoa que é formalmente eleita para ocupar uma posição de representação, contudo, as lideranças que trago neste estudo não necessariamente tem vinculação com esses órgãos. Elas executam suas ações desmembradas de qualquer questão institucional, exercem sua liderança pela confiança ou pela proatividade frente às necessidades da comunidade e não porque foram formalmente eleitas para isso.

Por fim, Montero (2006) traz uma informação que se aproxima do meu universo de pesquisa, e que gostaria de frisar, ela afirma que a maioria das lideranças comunitárias na Venezuela e também em outras regiões latino-americanas são femininas, ou seja, as mulheres maranhenses e nordestinas, que enfrentam diariamente todos os contratempos de alguém que mora no campo, que são discriminadas apenas por serem mulheres, que fazem pequenas revoluções cotidianas para se manterem firmes, não estão sozinhas, há muitas outras que assim como elas lutam pelos mesmos ideais.

3.3 Contribuições e contradições do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais no Maranhão

A formulação de um movimento de mulheres trabalhadoras rurais é por si só uma ação revolucionária, pois promove no seio de uma sociedade povoada por concepções patriarcalistas um novo olhar sobre as possibilidades de se reinventar dessas mulheres. Nessa direção, Farias (2001, p. 147) pondera:

O movimento de mulheres trabalhadoras rurais é o lugar em que estas mulheres fazem-se sujeitos políticos. Nele e através dele, constroem sua identidade de mulher trabalhadora rural. Não só porque se autodenomina assim, mas porque criam ações pelas quais se fazem dessa forma. Seja através da realização de campanhas dirigidas às próprias mulheres rurais, seja pelas reivindicações demandadas ao Estado, enquanto direitos a serem conquistados. Este é um processo criativo e inventivo, em que embora, nem sempre, os elementos sejam novos e emancipadores,

permitem uma experiência pela qual essas mulheres se fazem autoras e atrizes de si mesmas.

Diante desse fato, existem diversos movimentos de mulheres no Brasil, dentre estes o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR-NE), que foi minha escolha para compor esta pesquisa. Como mencionei antes, já conhecia superficialmente o trabalho do MMTR-NE, mas somente agora, no intercurso do mestrado, foi possível uma aproximação efetiva.

Tal movimento funciona em esfera regional, se intitula autônomo, mas mantém uma conexão com os sindicatos rurais, atravessada por tensões e cooperação, devido prioritariamente a disputas no âmbito da representação política, mas no geral há um entendimento sobre a competência de exercício de cada uma dessas representações, uma vez que suas propostas são de esferas diferentes. A participação em um ou outro espaço não é excludente, tanto que existem várias trabalhadoras na diretoria de sindicatos que são vinculadas ao MMTR-NE e a outras cooperativas (SILVA, 2008).

A proposta geral do MMTR-NE é atuar como instituição de cunho político e formativo. Além disso, tem como objetivos centrais incentivar a participação das mulheres na transformação da sua realidade de opressão, fortalecer mecanismos de ampliação da participação das mulheres trabalhadoras rurais nos espaços públicos em todos os âmbitos, e fomentar a organização produtiva mediante a articulação da questão de gênero com as políticas governamentais para áreas rurais (RELATÓRIO MMTR-NE, 2015). Observando os objetivos supracitados, vejo três demandas emergentes as quais o movimento persegue: a busca de igualdade de gênero no campo, a luta para conquistar espaços de visibilidade política e a promoção de melhores condições para o trabalho das mulheres.

Segundo Deere (2004), o surgimento do movimento de mulheres rurais se materializou na década de 1980, em especial no campo, com o grupo de mulheres coordenado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) e com o movimento católico conhecido como Comunidades Eclesiais de Base, que foram os precursores no incentivo a discussões e questionamentos a respeito de experiências que indicavam injustiça social (geralmente relacionada a problemas de precariedade na saúde e educação).

A semente foi plantada, as mulheres em sua maioria compartilhavam de problemas semelhantes, tais como impossibilidade de acesso aos órgãos

representativos (já que não eram reconhecidas como trabalhadoras) e uma situação geográfica desastrosa: a seca em várias regiões do nordeste.

Diante dessa realidade, a solução encontrada foi se organizar para reivindicar mudanças. Deere (2004, p. 180) evidencia que:

As raízes do MMTR no Nordeste podem ser localizadas nas reuniões acontecidas em Brejo, Paraíba, e em Serra Tablada, no Sertão Central, Pernambuco, durante 1982 e 1983, bastante focadas na situação de emergência provocada por uma seca prolongada.

A autora ainda complementa este histórico afirmando que em 1984 foi fundado o primeiro MMTR (Sertão Central) que englobava os estados da Paraíba e Pernambuco. Porém somente em 1987, depois de um encontro de mulheres realizado em João Pessoa, foi instituído o MMTR-NE, que tinha a intenção de abarcar todos os estados da região nordeste. Assim, cada um teria um MMTR estadual e no início todos eram ligados a sindicatos municipais.

Um fragmento retirado da cartilha do MMTR-NE⁸ ilustra com exatidão a vontade mais latente dessas mulheres ao se articularem em uma organização dessa dimensão: “Nós precisamos de um espaço nosso, onde pudéssemos compartilhar nossos anseios, angústias, necessidades e dificuldades. Um espaço para erguer nossas vozes e sermos reconhecidas como seres políticos e de transformação”.

A estruturação desse movimento permite que cada estado tenha uma sede e uma proposta de atividades própria, seguindo diretrizes regionais que são aprovadas anualmente em reuniões com representantes de todos os estados. A ideia é que exista uma uniformização das pautas (que giram em torno dos objetivos citados acima) a serem divulgadas com as trabalhadoras de cada localidade.

De acordo com o relato de Rosa, já existia uma articulação no Maranhão para a criação de um movimento, que posteriormente se vinculou ao MMTR-NE:

Aí foi assim, depois que nós *criamo* o coletivo nós *soubemo* do MMTR-NE, aí *nós diz* que nós somos filho, o movimento é filho do MMTR-NE porque eles deram as capacitações pra gente, né?! Aí a gente conseguiu fazer também capacitação no estado, a mesma capacitação que a gente aprendeu lá a gente começou a fazer no estado, era uma formação, e nós *chamava* até de alto nível porque nós não *sabia* essas palavras: pedagógica, metodologia, essas coisa pra nós tudo era novo, sabe?!

⁸ Cartilha comemorativa dos 25 anos do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste.

Aqui, tal articulação surgiu como Coletivo de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Maranhão (CMTR-MA). No momento presente, possui sua sede localizada no bairro Matinha do Maranhão (zona rural), próximo à cidade de São Luís, e sua direção é composta por 12 lideranças, sendo que algumas delas têm representação na esfera regional pelo MMTR-NE.

O CMTR-MA tem sua prática voltada para capacitar as lideranças femininas de comunidades e mobilizá-las para participação das ações propostas pela entidade. Essas atividades fazem parte da diretriz pensada para todos os estados, no entanto, no caso do Maranhão, acontece um processo diferenciado que é regido por uma parceria do CMTR-MA com uma organização não governamental de alcance internacional chamada Actionaid. Com essa parceria, houve uma redefinição das prioridades do coletivo, que atualmente estão direcionadas para as atividades financiadas pela ONG (basicamente focadas em reforço escolar para crianças de comunidades rurais). As propostas de intervenção com mulheres estão colocadas em segundo plano, como podemos perceber na fala de uma das entrevistadas:

Nós *tem* um projeto da Actionaid, assim não tem essa outra visão alta, a visão mais é de fazer aquelas ali, e como a demanda é muito grande a gente se apegou mais na demanda trabalhar as crianças e trabalhar a comunidade e não trabalhar os outros municípios, o que a gente tá achando é isso e aí a gente tem que rever agora nesse outro projeto que a gente vai fazer e tem que aparecer recurso pra gente mobilizar essa outra turma, porque senão a gente vai daqui uns dias ter só as 12 do movimento, da diretoria (Rosa).

Silva (2008) elucida que o MMTR-NE, ao longo desses anos de funcionamento, tem abordado temas relevantes na sua agenda, tais como educação, saúde, defesa do meio ambiente, combate à violência, e participação das mulheres em instâncias de representação. Quando ele privilegia estas temáticas, denota um viés que visa ao fortalecimento da categoria mulher.

No Maranhão, de acordo com o relatório de funcionamento do coletivo referente ao ano de 2014⁹, foram realizados diversos espaços cujos temas tratavam sobre formação de educadoras/multiplicadoras de lideranças de base, em políticas públicas com mulheres rurais e em políticas públicas para reforço escolar. Nota-se que algumas ações de capacitação têm congruência com as orientações do MMTR-

⁹ Relatório interno de atividades do Coletivo de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Maranhão em 2014. Disponibilizado pela diretoria do movimento.

NE, no entanto, esta última refere-se exclusivamente à demanda do projeto da Actionaid.

No que tange à abrangência do CMTR-MA, não incorro no erro de afirmar que é pequena ou que ele não consegue abarcar comunidades de várias regiões do estado. Nos relatos, percebi uma preocupação com isso quando questionei se o alcance do coletivo era satisfatório, a entrevistada informou:

Deixa muito a desejar, porque assim, nós estamos num patamar muito pequeno, nós começamos com 70 municípios, *nós tinha 70 liderança que nós poderia* ligar bem aqui pro baixo Parnaíba, nós vamos querer fazer uma reunião ai tal dia, *nós tinha liderança* em tudo que era lugar (...) agora a segunda assembleia, essa última assembleia *nós tinha 13 municípios*. A gente tá perdendo contato com o estado, e tá diminuindo, diminuindo que nós estamos com medo do tamanho agora que tá (Rosa).

É visível a dificuldade de alcançar mais regiões do estado, o coletivo tem um núcleo importante de atuação em cidades como Peritoró, Alto Alegre e cidades próximas, mas não consegue aumentar seu território de influência. A seguir, elenco alguns motivos que, através da pesquisa, considere convergentes para explicar a realidade do CMTR-MA.

Primeiramente, crédito ao redirecionamento da pauta de seu exercício, com priorização dos projetos da ONG, a maior problemática para a situação presente, porque afasta a essência do coletivo e reduz a adesão de mulheres de outras regiões do estado.

O reconhecimento dessa falha me parecera uma preocupação, mas não uma linha estratégica a ser traçada futuramente. Entendo que os recursos de financiamento desse projeto foram de grande valia para dar aparato ao trabalho da diretoria, mas não se pode perder o eixo principal de atividades que são intrínsecas à missão do MMTR-NE.

Por conseguinte, a quantidade de pessoas na direção do movimento não contempla várias regiões do estado. Obviamente esse segundo item é consequência direta do primeiro. Contudo, se houvesse uma aproximação com as lideranças de outras localidades onde essas pudessem tomar conhecimento das propostas do CMTR-MA enquanto organização política, possivelmente seria um caminho viável para ampliar sua presença em nível territorial.

Nem sempre há uma construção de identidade de militância nessas mulheres, ou mesmo de pertencimento (muitas delas, em algumas falas, citam o

movimento sem se incluir nele e sim apontando-o como uma instância externa) para tentar transformar além da sua comunidade. É primordial que elas se articulem numa busca maior de mudanças e concentrem suas forças na construção de melhorias para as trabalhadoras do campo.

Quando realizei as entrevistas, encontrei mulheres que faziam parte do movimento e não exerciam mais a função de trabalhadora rural, estando há vários anos em um ofício distante do agrário. É possível argumentar que com o projeto de reforço escolar algumas mulheres ligadas ao coletivo puderam trabalhar e receber remuneração em outra área (sendo facilitadoras dessa escola de reforço), mas isso causa um pouco de estranheza, pois o objetivo central do movimento é fortalecer as lideranças campestres.

É urgente uma retomada de seus objetivos centrais e a reestruturação da direção a ser seguida, haja vista que elas mesmas já perceberam que é necessária uma articulação mais ampla.

Contudo, não posso deixar de mencionar as contribuições do CMTR-MA para as vidas de algumas trabalhadoras rurais. Muitas foram afetadas e se transformaram pelos encontros, capacitações ou simplesmente pelo próprio sentido que o movimento traz consigo. Ouvi depoimentos interessantes que indicam o valor das intervenções do coletivo.

O movimento de mulher, ele ajuda muito a gente, até nós mulher, aquelas mulher que não tinha documentação. Nós *fomo* atrás, já *fizemo* documentação de mulher (Dália).

Nossa, me ajudou muito! Foi através dele, elas trazendo capacitações pra comunidade, ele fez nossa comunidade se unir cada vez mais, foi trazendo capacitações sobre o beneficiamento do babaçu, sobre o sociativismo, sobre como trabalhar em comunidade, isso me ajudou muito a ser líder da comunidade e poder também tá contribuindo não só aqui na minha comunidade, mas contribuir também nas outras (Yasmim).

(...) a gente aprendeu mais ser mulher, se dar mais valores e também a gente quando *tava* lá no coletivo de mulheres que eu participei, eu até fui parece a vice-secretária de finanças (Amarílis).

Elas *ajudo* também naquela história da gente, da gente como mulher, como cidadã, como ser respeitada, aquelas *coisa*. Elas *ajudo* a gente muito, muito, muito, nesse tipo de coisa (Íris).

Da mesma forma, também pude perceber uma gratidão ao que já foi modificado na maneira de perceber o mundo, pelas mudanças e experiências adquiridas através da influência do coletivo na vida delas.

É um melhor professor que eu encontrei foi o coletivo, uma troca de experiência (...) onde eu peguei todos os *fruto* de grande conhecimento e coragem (Flora).

Lugar de mulher não é só na cozinha, lugar de mulher *num* é só lavando roupa, lugar de mulher *num* é só olhando criança, e isso eu, dentro do coletivo eu entendi muito bem, acompanhando ele (Dália).

Pra mim mudou assim, eu acreditar que pelo movimento, o movimento foi a minha escola que eu não tive; eu aprendi muito e eu sabia que tinha que mudar primeiro pra mudar alguém (Rosa).

3.3.1 A Marcha das Margaridas

Canto das Margaridas

Olha Brasília está florida
Estão chegando as decididas
Olha Brasília está florida
É o querer, é o querer das Margaridas

Somos de todos os novelos
De todo tipo de cabelo
Grandes, miúdas, bem erguidas
Somos nós as Margaridas

Nós que vem sempre suando
Este país alimentando
Tamos aqui para relembrar
Este país tem que mudar!

Olha Brasília está florida...

Água limpa sem privar
Sede de todos acalmar
Casa justa pra crescer,
Saúde antes de adoecer

Terra sadia pra lucrar
Canja na mesa no jantar
Um mínimo para se ter,
Um mínimo para se ter
Direito à paz e ao prazer

E dentro e fora punição
Pra quem abusa do bastão
Do ser patrão, do ser machão
Não pode não, não pode não
Não pode não, não pode não!

A música que abre esse tópico da dissertação é o hino cantado pelas trabalhadoras rurais de todas as partes do Brasil na Marcha das Margaridas (MM) em Brasília. Nela é contemplada a maioria das reivindicações históricas das mulheres, como a necessidade de ser visível perante todos, condições dignas para viver, terra para produzir, igualdade nas relações entre mulheres e homens, etc.

Nessa direção, a marcha foi concebida para reclamar melhores condições para as mulheres do campo. O nome Margarida presta reconhecimento e homenagem a uma personalidade importante para o movimento: Margarida Maria Alves. Ela foi uma dirigente sindical que rompeu padrões de gênero na década de 1970, pois assumiu a presidência do sindicato em uma pequena cidade na Paraíba, um feito improvável para uma mulher naquele período. À frente dessa instância representativa, Margarida lutou pelos direitos das trabalhadoras e trabalhadores

rurais garantidos na legislação trabalhista. Como promoveu muitas articulações políticas e mexeu com estruturas de coronelismo da região, foi brutalmente assassinada no ano de 1983¹⁰.

A Marcha das Margaridas é um evento de enorme adesão das mulheres. A primeira foi no ano 2000, depois em 2003, em seguida em 2007 (não foi realizada em 2006, pois era ano eleitoral), 2011 e a última no ano de 2015. Cada edição é contemplada com um lema específico e com pautas de solicitações para serem entregues ao Governo Federal.

De acordo com Silva (2008), a marcha brasileira foi influenciada pela Marcha Pão e Rosas, realizada em 1995 em Quebec, no Canadá, onde as mulheres se reuniram para demonstrar sua revolta contra a pobreza e para pleitear aumento salarial. Quando alcançaram a conquista da elevação do salário mínimo houve uma repercussão mundial, principalmente entre os movimentos de mulheres, o que abriu espaço para discussões que permitiram às mulheres brasileiras se organizarem para estruturar sua própria marcha.

A organização da MM é marcada pelo encontro de vários movimentos de mulheres, inclusive o MMTR-NE, ONG's e sindicatos, e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) encabeça a operacionalização da manifestação, pois é o principal suporte financeiro.

A Marcha é resultado de uma grande articulação política entre as organizações supracitadas e desponta como uma das mais expressivas manifestações populares com pessoas do campo, sendo sua finalidade promover uma visibilidade de maior amplitude para as demandas das trabalhadoras rurais (BORDALO, 2011). Julgo ser indispensável demonstrar as bandeiras levantadas em cada uma das marchas já realizadas até o presente momento e ressaltar as vitórias conseguidas, o que será feito a seguir.

3.3.1.1 Marcha das Margaridas do ano 2000

A primeira edição tinha o lema “2000 Razões para Marchar: Contra a Fome, a Pobreza e a Violência Sexista”. A ideia era chamar atenção para as

¹⁰ Histórico retirado do caderno de textos para estudo e debates da Marcha das Margaridas de 2011.

problemáticas do campo que eram marcadas por uma realidade, conforme é dito no lema, de pobreza e fome vivenciadas por muitas pessoas do campo¹¹. Na ocasião, foi entregue um documento, intitulado de 'carta das mulheres brasileiras', para o Presidente da República, na época Fernando Henrique Cardoso, onde constava toda a indignação das trabalhadoras no que concerne às dificuldades enfrentadas no país (SILVA, 2008). Na Figura 04, abaixo, vê-se o cartaz da marcha naquele ano, enfocando os problemas presentes.



Figura 04: Cartaz da primeira Marcha das Margaridas
(Fonte: Observatório da Marcha das Margaridas).

Algumas reivindicações dessa marcha já foram implantadas, como a redução da taxa de juros para produção agrícola, o acesso das mulheres à linha de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), e a manutenção da aposentadoria especial para as mulheres trabalhadoras rurais aos 55 anos de idade, que foi uma conquista extremamente relevante para elas (na área urbana, a idade de aposentadoria para mulheres é 60 anos).

Sobre as pautas que ainda estão em negociação com o governo e não foram implantadas, posso citar como principal a solicitação para que a declaração do sindicato possa ser comprovação legítima da atividade rural, todavia não há nenhuma posição indicativa de encaminhamento dessa pauta.

¹¹ Todas as informações trazidas sobre as Marchas (2000, 2003, 2007, 2011 e 2015) foram coletadas no Observatório da Marcha das Margaridas. Disponível em: <<http://transformatoriomargaridas.org.br>>.

3.3.1.2 Marcha das Margaridas do ano 2003

O lema da edição seguinte foi “2003 Razões Para Marchar Contra a Fome, a Pobreza e a Violência Sexista”. As mulheres continuavam marchando em prol da melhoria dos mesmos problemas e o intuito era tornar pública a situação de desigualdade a qual elas eram submetidas, bem como evidenciar as diversas formas de violência enfrentadas e a situação de pobreza na qual vivia a maioria das mulheres (SILVA, 2008). Vejam, na Figura 05, suas reivindicações.



Figura 05: Cartaz da segunda Marcha das Margaridas (Fonte: Observatório da Marcha das Margaridas).

No tocante às conquistas dessa Marcha, é possível destacar a obrigatoriedade no cadastramento de titulações e contratos de terra em nome do homem e da mulher (anteriormente era feito só no nome no marido/companheiro), sem ser um entrave o estado civil do casal; a implantação do Programa Nacional de Valorização e Melhoria da Qualidade da Produção das mulheres trabalhadoras rurais, tendo ficado o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) responsável por mapear as organizações femininas do campo que serviriam de base para formular o programa (o levantamento já foi realizado, porém o programa ainda não foi implantado). Têm-se ainda as alterações na legislação penal relacionadas aos crimes contra a mulher, para que “crimes contra os costumes” fossem alterados para “crimes contra a pessoa” (esta medida fortaleceu a promulgação da Lei Maria da Penha).

Em referência às pautas que estão sendo discutidas, porém que ainda não foram efetivadas, aponto as seguintes: idealização de um Programa Nacional de Qualificação Profissional voltado para as mulheres rurais. O governo desenvolveu um projeto no viés de qualificação profissional, contudo, não existe nele nenhuma especificidade que trate da capacitação focada em temas pertinentes ao trabalho no campo, não contemplando, assim, a pauta; em relação à questão ambiental estão sendo executadas, mesmo de forma displicente, algumas melhorias, no entanto, a reivindicação de responsabilizar os grandes proprietários para que reparem os danos ambientais causados por eles ainda não acontece de maneira vigorosa.

3.3.1.3 Marcha das Margaridas do ano 2007

A MM desse ano mobilizou cerca de 70 mil mulheres e o tema trazido foi “2007 Razões Para Marchar Contra a Fome, a Pobreza e a Violência Sexista” (Figura 06).

Verifica-se, uma repetição proposital da temática já evidenciada no ano 2000. A necessidade de reiterá-la foi em decorrência dos poucos avanços relacionados ao combate à fome, a pobreza e a violência sexista, principalmente no âmbito rural. Além disso, continuar dando notoriedade a essa temática era importante para o amadurecimento político dessa mobilização.

Entre as ações implantadas, dentre aquelas que foram reivindicadas nessa marcha, as mais importantes foram: o crescimento do Programa Nacional de Documentação da Mulher Trabalhadora Rural, pois todos os estados foram contemplados com unidades móveis exclusivas para expedir documentos para elas; e a criação do Programa Nacional de Apoio e Fortalecimento de Experiências Produtivas Agrícolas e Não-Agrícolas, que auxilia, através de projetos, atividades de capacitação das trabalhadoras rurais que possuem organização produtiva.

Tais ações demarcam um passo essencial para fomentar o crescimento da autonomia financeira dessas mulheres, dessa maneira, verificamos a importância política de eventos como a Marcha das Margaridas.



Figura 06: Cartaz da terceira Marcha das Margaridas
(Fonte: Observatório da Marcha das Margaridas).

No âmbito daquilo que não foi priorizado pelo Governo, destaco o esquecimento do projeto de lei que versa sobre o uso livre dos babaçuais e a proibição do desmatamento das áreas de palmeiras, pois ele foi aprovado pela Comissão de Meio Ambiente, mas nunca foi apreciado pela Câmara dos Deputados. Houve também falta de investimento em mecanismos para a fiscalização no cumprimento de medidas de combate às desigualdades salariais e à discriminação.

3.3.1.4 Marcha das Margaridas do ano 2011

Anunciando “2011 Razões Para Marchar por Desenvolvimento Sustentável com Justiça, Autonomia, Igualdade e Liberdade” (Figura 07), a penúltima manifestação contou com o maior público participante até então. Contabilizando 100 mil mulheres, que marcharam pelo reconhecimento de suas lutas neste país.



Figura 07: Cartaz da quarta Marcha das Margaridas
(Fonte: Observatório da Marcha das Margaridas).

Entre o que foi assegurado a partir das reivindicações da MM de 2011, podemos sublinhar a efetivação do Grupo de Trabalho Interministerial para a formulação de referenciais para a construção de creches públicas no campo e a aquisição de 53 unidades móveis para atendimento às trabalhadoras rurais vítimas de violência (até o ano de 2013).

A Coordenação da Juventude Rural dentro do MDA com estrutura e orçamento próprio foi uma das pautas que não foi atendida. O que existe atualmente é uma assessoria que possui limitações de atuação. O pedido para garantir assistência ao aborto seguro e descriminalização do ato de interromper uma gravidez também não foi discutido, e outra reivindicação não concretizada foi a solicitação de instituir como uma política pública o Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais.

3.3.1.5 Marcha das Margaridas do ano 2015

A última marcha aconteceu, em 2015, levando às ruas de Brasília o tema “Margaridas Seguem em Marcha por Desenvolvimento Sustentável com Democracia, Justiça, Autonomia, Igualdade e Liberdade” (Figura 08).



Figura 08: Cartaz da quinta Marcha das Margaridas (Fonte: Observatório da Marcha das Margaridas).

As solicitações feitas nesta manifestação foram: articulação entre Governo Federal e municípios para construção de 1200 creches na zona rural no período entre 2015 e 2018; a ampliação do tratamento para intoxicação devido ao uso de agrotóxicos; entrega de unidades odontológicas para atender a demanda rural; criação de uma ronda preventiva para o enfrentamento de questões ligadas a exploração sexual e tráfico de mulheres, adolescentes e crianças juntamente com o fortalecimento de serviços especializados à mulher que sofreu violência, com primazia de atendimento na área rural¹².

Abaixo trago o registro das lideranças rurais do Maranhão que participaram ativamente da Marcha das Margaridas deste ano (Figuras 09, 10 e 11).

¹² Informações retiradas do documento de pactuação com o Governo Federal da Marcha das Mulheres de 2015. Disponível em <<https://www.contag.org.br/imagens/f2517marcha-das-margaridas--compromissos-governo.pdf>>.



Figura 09: Chegada da delegação maranhense em Brasília para a Marcha das Margaridas do ano de 2015 (Fonte: Arquivo do CMTR-MA).



Figura 10: Trabalhadoras Rurais do Maranhão na Marcha das Margaridas do ano de 2015 (Fonte: Arquivo do CMTR-MA).



Figura 11: Mulheres maranhenses na Marcha das Margaridas (Fonte: Arquivo do CMTR-MA).

É notório que todas as marchas produziram avanços consistentes para as trabalhadoras rurais. Não há como negar a força de um evento político desse porte, tanto que expus anteriormente muitos êxitos obtidos através dessa manifestação. Todavia, é incansável dizer que muitas desigualdades ainda precisam ser superadas, isso é somente o início da caminhada.

Para finalizar, há uma crítica importante feita por Bordalo (2011, p. 118) em relação ao atraso em formular um momento de reivindicação tão autêntico e importante quanto à marcha:

Apesar do importante significado da realização da Marcha das Margaridas, é sintomático dessa relação ambígua entre estes movimentos de mulheres e o sindicalismo (na medida em que conjuga conflitos e identificações) que, mesmo que as mulheres rurais tenham se organizado ao longo de mais de duas décadas, somente em 2000 tenham levado às ruas da capital do país uma manifestação que desse maior visibilidade às demandas das trabalhadoras rurais.

Concordo em parte com a autora, uma vez que não creio ser o maior problema uma disputa entre sindicato e movimentos independentes de mulheres. Minha impressão é que elas realmente precisaram deste tempo para completar seu amadurecimento político e firmar com precisão qual caminho seguir.



Capítulo 4: Repercussões das questões de gênero



O atual capítulo será dedicado à interlocução entre o conteúdo comparecido nos discursos das entrevistadas com a questão de gênero. Para tanto, é necessário situar este conceito, tomando por base a ampla literatura sobre o tema. Após essa etapa, serão discutidas as assimetrias nas relações entre mulheres e homens e, finalmente, discorro sobre a noção de “empoderamento” trazida pelas mulheres, o que considero indispensável para a temática deste estudo.

4.1 Gênero

No tocante à relevância da questão de gênero, convém levantar algumas considerações acerca dessa temática na intenção de elucidar discussões que permitam um diálogo alicerçado em algumas concepções teóricas existentes.

Sendo assim, é válido expor o que Murano e Boff (2002) ponderam sobre gênero: eles definem que essa categoria foi introduzida no século passado, a partir dos anos 1980, especialmente pelas feministas, aparecendo como um avanço frente ao que vinha sendo dito outrora, que era um conteúdo embasado na diferença entre os sexos e nos princípios masculino/feminino.

Ao passo que tal categoria foi sendo falada, problematizada e revisitada, muitas teóricas e teóricos, no momento presente, possuem um entendimento sobre gênero que já superou as discussões anteriores, que baseavam a teorização na composição macho/fêmea e na construção social do gênero nos indivíduos.

Superar essa estruturação é uma tarefa árdua, porém necessária, pois nos são apresentadas novas possibilidades de entender essa categoria. Nessa linha, uma das questões que posso pôr em destaque é a que Butler (2003, p. 25) traz no que diz respeito à edificação da questão do sexo ser apenas biológica, enquanto a de gênero é simplificada como uma representação cultural do sexo. Essa autora explicita que tal análise é mais profunda e complexa do que se apresenta:

O gênero não deve ser meramente concebido como inscrição cultural do sexo dado (...) tem de designar também o aparato mesmo de produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos. Resulta daí que o gênero não está para a cultura como o sexo para a natureza; ele também é meio discursivo/cultural pelo qual ‘a natureza sexuada’ ou ‘um sexo natural’ é produzido e estabelecido como ‘pré-discursivo’, anterior à cultura.

Com essa concepção, a autora desconstrói a premissa de outras teorias que assentam a diferenciação entre sexo e gênero na instrumentação desse último pela cultura. Butler (2003) aponta que tomar a ideia de que o gênero é construído culturalmente seria traçar um caminho único, sem demais possibilidades de escolha, o que acarreta um

(...) certo determinismo de significados de gênero, inscritos em corpos anatomicamente diferenciados, sendo estes corpos compreendidos como recipientes passivos de uma lei cultural inexorável. Quando a 'cultura' relevante que 'constrói' o gênero é compreendida nos termos dessa lei ou conjunto de leis, tem-se a impressão de que o gênero é tão determinado e tão fixo quanto na formulação de que a biologia é o destino. Nesse caso, não a biologia, mas a cultura se torna o destino (BUTLER, 2003, p. 26).

Ela se contrapõe a estrutura binária homem/mulher. Para Butler (2003), o gênero seria um fenômeno inconstante e contextual, que não denotaria um ser substantivo, "mas um ponto relativo de convergência entre conjuntos específicos de relações, cultural e historicamente convergentes" (p. 29). Assim, a autora acredita que o contexto em que ele está sendo tratado, é produzido pelo momento histórico ou por um discurso que se faz preponderante em cada época, ao passo que não mantem uma mesma definição, não pode ser reduzido a um rótulo apenas. O que deve ficar claro é que a conjuntura de cada tempo é especialmente norteadora para composição do que pode ser compreendido como gênero.

Nessa direção, Scott (1995) explica que se tratarmos o gênero como indicador de construções inteiramente sociais sobre os papéis definidos aos homens e mulheres, se for usado apenas para categorizar relações sociais entre os sexos e rejeitar qualquer contribuição biológica que demarque as identidades subjetivas do feminino e masculino, estaremos afirmando que o gênero é uma categoria social que se impõe ao corpo sexuado.

A composição da conceituação de gênero não deve submeter nem o biológico ao social nem o contrário, e tampouco tomar como verdade absoluta a compreensão de que a categoria mulher e a categoria homem estão em oposição.

Temos necessidade de uma rejeição do caráter fixo e permanente da oposição binária, de uma historicização e de uma desconstrução genuínas dos termos da diferença sexual. Devemos nos tornar mais auto-conscientes da distinção entre nosso vocabulário analítico e o material que queremos analisar. Devemos encontrar formas (mesmo que imperfeitas) de submeter sem cessar nossas categorias à crítica e nossas análises à auto-crítica (SCOTT, 1995, p. 84).

Scott (1995), também, elucida uma série de preceitos para se constituir uma definição de gênero. Inicialmente, ela afirma que tal categoria não é constituída a partir de relações que estejam calcadas nas diferenças entre os sexos e, indubitavelmente, gênero é a primeira instância para se ver acontecer relações de poder, então a autora elenca quatro componentes do gênero. São eles:

(...) em primeiro lugar, os símbolos culturalmente disponíveis que evocam representações simbólicas (e com frequência contraditórias) – Eva e Maria como símbolos da mulher, por exemplo, na tradição cristã ocidental – mas também mitos de luz e da escuridão, purificação e poluição, inocência e da corrupção. (...) Em segundo lugar, conceitos normativos que expressam interpretações dos significados dos símbolos, que tentam limitar e conter suas possibilidades metafóricas. Esses conceitos estão expressos nas doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas ou jurídicas e tomam a forma típica de uma oposição binária fixa, que afirma de maneira categórica e inequívoca o significado do homem e da mulher, do masculino e do feminino. (...) O desafio da nova pesquisa histórica consiste em fazer explodir essa noção de fixidez, em descobrir a natureza do debate ou da repressão que leva à aparência de uma permanência intemporal na representação binária dos gêneros. Esse tipo de análise deve incluir uma concepção de política bem como uma referência às instituições e à organização social – este é o terceiro aspecto das relações de gênero. (...) O quarto aspecto do gênero é a identidade subjetiva (SCOTT, 1995, p. 86-87).

Portanto, em resumo, a autora põe em evidência que o gênero “fornece um meio de decodificar o significado e de compreender as complexas conexões entre várias formas de interação humana” (SCOTT, 1995, p. 89).

Dentre essas relações, estão aquelas que são formuladas por proposições culturais e por concepções normativas que reverberam princípios reforçadores de posicionamentos rígidos do que é feminino e masculino.

Diante dessa possibilidade, a mesma teórica faz um questionamento intrigante sobre como alterar a realidade, já que temos uma interligação entre poder e gênero, e ela mesma responde que de forma geral pode haver várias formas de mudança, como por exemplo, movimentações políticas que se contrapõem às ordens vigentes, instauram novas possibilidades e podem “revisar os termos (e por isso a organização) do gênero na sua busca de novas formas de legitimação” (SCOTT, 1995, p. 92), alertando que se tais alterações não forem feitas, as ideias em voga acerca de gênero permanecerão influenciando novos momentos históricos. Outro exemplo consiste em considerar o mercado de trabalho como veículo para projetar novas formas de organizações subjetivas dentro de casa, ajudando a redefinir as tarefas de cada um, contudo há de se ter cuidado, pois as atividades que

deixam de ser realizadas pelas mães podem passar a ser executadas pelas filhas em vez de serem divididas entre todos os membros da família.

O que é possível inferir é que para cada possibilidade de mudança a mesma pode servir para reforçar as estruturas vigentes, o que nos mostra a dificuldade perene de transformação. Nesse caminho é imperativo perceber que não é possível perceber a categoria gênero como inflexível, sendo que o próprio uso da palavra 'definição' ou 'conceituação' para falar de gênero é controverso, já que não podemos prescindir de entendê-lo como um termo em contínua ressignificação.

Nós só podemos escrever a história desse processo se reconhecermos que 'homem' e 'mulher' são, ao mesmo tempo, categorias vazias e transbordantes. Vazias, porque não têm nenhum significado último, transcendente. Transbordantes, porque mesmo quando parecem fixadas, ainda contêm ainda dentro delas definições alternativas, negadas ou suprimidas (SCOTT, 1995, p. 28).

Seguindo na mesma vertente que Butler e Scott, Lauretis (1987) tece uma crítica em relação à conceituação de gênero limitada apenas à diferença sexual entre homem e mulher, feminino e masculino. Ela acrescenta que mesmo alguns conceitos mais abstratos, frutos de discussões teóricas, acabam por se reduzir a essa diferença e às especificações herdadas a partir dessa diferenciação, como escrita feminina, maternidade, etc.

Lauretis (1987) expõe em sua teoria que gênero não deve ser entendido como uma posse dos corpos, assim como a sexualidade, e nem como se existisse "a priori" nas pessoas, sendo essa categoria produto do que ela chama de "tecnologias sociais".

O que é importante ser ressaltado é que a imbricação entre gênero e diferença sexual precisa ser desconstruída. Destarte, a autora elenca as seguintes proposições sobre gênero: é uma representação e possui envolvimento concreto na vida das pessoas; é uma construção que se faz em vários espaços, como na academia, nas teorias radicais, no feminismo, etc.; e finalmente, a construção do gênero se faz através de sua desconstrução. Segundo as palavras de Lauretis (1987, p. 209), "o gênero, como o real, é não apenas o efeito da representação, mas também o seu excesso, aquilo que permanece fora do discurso como um trauma em potencial que, se/quando não contido, pode romper ou desestabilizar qualquer representação".

Essa construção do gênero é realizada pela via de várias tecnologias, como o cinema ou os discursos institucionais, e estes perigosamente podem exercer um controle no que concerne ao sentido social do termo, produzindo representações de gênero pertinentes ao que tal discurso quer que seja disseminado. Contudo, é possível se propor uma construção diferente de gênero, distante dos ditames hegemônicos onde podem ser inscritos em espaços de resistência, na subjetividade e na auto representação (LAURETIS, 1987).

Sua concepção é de gênero como relação social onde sua construção “é o produto e o processo tanto da representação quanto da auto representação” (LAURETIS, 1987, p. 217). Mais a frente, ela pondera: “se a reconstrução do gênero inevitavelmente causa a (re)construção, a pergunta é, em que termos e no interesse de quem está sendo feita essa desconstrução?” (LAURETIS, 1987, p. 236). Arrisco-me, portanto, a questionar se talvez não seja no interesse daqueles que reforçam a opressão contra as mulheres?

A questão aqui que mais chama atenção é que se não tomarmos cuidado podemos, inclusive nesse viés de problematização e de criticidade de gênero, estar contaminadas por uma ideologia classista, burguesa e androgênica.

No que tange à complexidade que é a discussão sobre o termo gênero, compartilho um trecho da narrativa de Rosa que nos possibilita observar o quão difícil é chegar aos saberes populares tal teorização, o que se deve, em grande parte, ao fato dessas discussões nem sempre ultrapassarem os muros das academias. No entanto, é válido destacar também que é possível que estas mulheres já tenham se apropriado desses discursos, a partir de suas vivências, suas discussões em grupo, sua luta como liderança, de forma a construir suas próprias noções.

(..) é essa questão de gênero, nós não *sabia* nem o que que era, gênero nós *sabia* que era feijão, arroz, essas coisas.

4.2 Patriarcado e o desafio das relações igualitárias

Não é possível problematizar gênero sem lançar luz sobre o patriarcado, que engendra toda a formulação da diferença de poder que perpassa as relações, principalmente entre mulheres e homens. Tais relações são extremamente assimétricas, reforçando um preceito de que existe uma superioridade masculina. Aglutinado a isso se tem a dimensão econômica, que permite, ainda hoje, que muitas mulheres sejam dependentes dos homens do ponto de vista financeiro. Sobre isso, Saffioti (1987, p. 50) expõe:

O patriarcado não se resume a um sistema de dominação, modelado pela ideologia machista. Mais do que isto, ele é também um sistema de exploração. Enquanto a dominação pode, para efeitos de análise, ser situada essencialmente nos campos político e ideológico, a exploração diz respeito ao terreno econômico.

Há, então, uma dupla dimensão do patriarcado, que perpassa pela dominação e também pela exploração. Nesse sentido, vamos além do que Bourdieu (2010, p. 17) trata, quando coloca em evidência que a dominação masculina se concretiza na ordem simbólica. Segundo este autor:

A divisão entre os sexos parece estar 'na ordem das coisas', como se diz por vezes para falar do que é normal, natural, a ponto de ser inevitável: ela está presente, ao mesmo tempo, em estado objetivado nas coisas (na casa, por exemplo, cujas partes são todas 'sexuadas'), em todo o mundo social e, em estado incorporado, nos corpos e nos *habitus* dos agentes, funcionando como sistemas de esquemas de percepção, de pensamento e de ação.

É basilar falar sobre a dominação que é reforçada culturalmente, nessa perspectiva de abranger as representações sociais, como faz Bourdieu, contudo, não é coerente encerrar a discussão apenas apontando para este prisma, é necessário pôr em relevo também a exploração que as mulheres são sujeitadas, logo deve-se incluir essa relevante dimensão para se discutir a organização social de gênero (MORGANTE; NADER, 2014).

Como categoria de análise, o patriarcado não pode ser entendido apenas pela dominação binária macho-fêmea, mas também como uma complexa estrutura política piramidal de dominação e hierarquização, estruturada e estratificada. Essa dominação plurifacetada construiu relações entre homens e mulheres altamente conflitivas e desumanizadoras para ambos (MURANO; BOFF, 2002).

Saffioti (2015) demarca que o patriarcado não fica limitado ao ambiente familiar, ao contrário, suas estruturas hierárquicas e de poder atravessam toda a sociedade, sendo assim, não é à toa que em espaços como a política e o mercado de trabalho, as mulheres ainda precisam travar batalhas para que sejam reconhecidas. Neste ponto, algumas narrativas são contundentes:

Sempre eles não davam valor mesmo *pra* mulher. Porque se o homem ganhava dez reais, a mulher tinha que ganhar cinco. Tem vez que a mulher vai trabalhar junto com o *homi* e diz que acha que ela não pode ganhar o mesmo tanto que o homem ganha. E trabalha o mesmo horário, no mesmo tanto. Sempre a mulher foi excluída e o negro também. Até hoje, né?! (Lís).

Quando eu vou trabalhar na roça, ganhando dinheiro pra sustentar meus *filho*, o que mais me doía era quando era vinte reais, uma diária do homem. Da mulher só era dez. E eu via homem que sentava, fumava três, quatro cigarro, e eu enganchada no cutelo. Doía demais! E eu tinha que ir, porque *num* tinha outro jeito (Flora).

Mas que eu não dava uma diária por uma diária de certos homens eu não dou. Velha que eu *tô*, velha que eu sou, eu não dou uma diária por certos homens que faz trabalho (Lís).

Assim, as relações entre homens e mulheres aparecem estruturadas social, cultural, econômica e politicamente a partir da ideia de que seres humanos estão divididos entre machos e fêmeas, correspondendo a cada sexo, lugares, papéis, status e poderes desiguais na vida privada e pública, na família, no trabalho e na política (FALEIROS, 2007).

Teles (2007) assinala que existem papéis impostos à mulher e ao homem no processo de civilização, conferindo a cada um seu lugar, do primeiro de dominado e explorado, e do segundo o de quem exerce o poder.

Essa estruturação de papéis é calcada na perpetuação cultural do machismo, que se faz presente no cotidiano das pessoas. Ele coloca o homem (o macho) como um ser superior, primeiramente pela posição ocupada como suposto portador de maior força física, por conseguinte talhados para as atividades laborais e responsáveis pelo sustento da casa; depois, pelo próprio sistema de dominação-exploração patriarcal, onde a mulher deve ter a sua posição de submissão resguardada.

Posto isso, Saffioti (1987) elucida que o machismo é responsável pela manutenção do estado de coisas vigentes nesse país. Ele é realidade na vida de todas e todos e é inclusive reproduzido por muitas mulheres. As relações homem-

mulher estão submetidas, dessa maneira, ao sistema de dominação e exploração, efetivado pela estrutura de poder (simbólico) conferido ao “macho”.

Como dito, o machismo permeia todas as esferas da sociedade, portanto, não é de se estranhar que também comparecesse nas falas das entrevistadas. Sobre esse tema, tem-se:

O machismo (...) é nessa questão do homem querer ser o dono da mulher, não deixar ela ir pra um lugar, quando ele vai se divertir ele vai se divertir sozinho, deixa a mulher; e aí é assim, ainda hoje na zona rural quando a gente vai fazer reunião dia de sábado ou domingo assim, tem mulher que diz: eu chamei fulana mas o marido dela não deixou e ele só deixava se ela trouxesse as criança tudinho (Rosa).

Eu aprendi que é cultural essa questão do machismo, da ignorância, do homem querer ser o tal, eu acho que todo mundo transforma, todo mundo muda, mas muda apesar de você também mudar. Como tem naquela mensagem que a gente não muda sozinho, a gente só muda através de conhecimento e foi isso que me mudou (Rosa).

Percebe-se que o entendimento sobre uma predeterminação dos papéis sociais foi sendo questionado pelas mulheres, na medida em que elas se apropriavam de informações, se organizavam no movimento de mulheres, muito embora o contexto do campo seja extremamente propício para a manutenção de relações assimétricas, onde as mulheres são subjugadas e ainda naturalizam a submissão. Algumas narrativas apontavam para tal direção:

Todo lugar que a gente chegava, principalmente as trabalhadoras rurais achavam que era natural, a gente pedir ao marido pra ir pra reunião e eles não deixar, deixar só se ela levasse os filhos, deixava só se ela fizesse a comida pra poder deixar pra eles, aí a gente fica indignada (Rosa).

(...) tinha vez que nós *arrumava* uma reunião, a mulher não ia porque o marido não *tava* (Dália).

Nós estamos conseguindo acabar com esses paradigmas dessas mulheres, que é o medo de dizer que só o homem tem que fazer isso, tem que fazer aquilo, que a mulher não tem o direito de participar de reuniões (Yasmim). A gente via que dentro do próprio grupo tinha muita mulher que tinha preconceito, tinha muita mulher que achava natural o machismo (Rosa).

Saffioti (1987) deixa claro que se o machismo fosse apenas um mero preconceito seria fácil dissipá-lo, porém ele é revestido por estruturas de poder que permitem a efetivação de relações sociais baseadas na dominação e exploração, o que o torna perene, assim, para alterar tal condição, é necessário não tratá-lo de forma simplista. É fundamental questionar, fortalecer as mulheres, desnaturalizar os

ditames que pactuam desse julgamento de valorização das desigualdades de poder entre homens e mulheres.

No bojo dessas questões, a necessidade de enfrentar esse sistema de dominação-exploração patriarcal faz com que as mulheres problematizem sua situação, principalmente diante da realidade contemporânea, que continua aglutinada por posições que minimizam, oprimem e invisibilizam as mulheres. Para ilustrar, compartilho um cântico¹³ escrito por uma trabalhadora rural cujo nome é Doraci Zebina (pertencente ao MMTR-NE), onde ela expõe todas as contradições em ser mulher dentro desta conjuntura guiada pelos preceitos patriarcais.

Sou Mulher

Eu sou mulher, seu doutor o que é que é?
 Eu sou mulher do Maranhão, eu sou mulher!
 Lá na cozinha eu sou mulher
 Pra fazer comida eu sou mulher
 Pra lavar roupa eu sou mulher
 E na política, porque que é que não sou mulher?
 Pra ir pra roça, eu sou mulher
 Pra fazer farinha, eu sou mulher
 e na Prefeitura, porque é que eu não sou mulher?
 Pra ir pescar eu sou mulher
 Pra quebrar coco, eu sou mulher
 Pra vigiar galinha, eu sou mulher
 E lá na câmara, porque é que não sou mulher?
 Pra cuidar do marido eu sou mulher
 Pra cuidar dos meninos eu sou mulher
 Pra ser machucada eu sou mulher
 E na sociedade, porque é que eu não sou mulher?
 Pra varrer rua eu sou mulher
 Sem o salário eu sou mulher
 Pra ficar calada eu sou mulher
 E nos movimentos, porque é que eu não sou mulher?
 Pra vir votar, eu sou mulher
 Pra não ter voz eu sou mulher
 Pra ter vez eu sou mulher
 E no sindicato, porque é que eu não sou mulher?

A composição nos mostra como há um contraponto no que tange a definição de ser mulher, nos espaços que circunscreve os afazeres domésticos elas são instituídas enquanto tal, já os locais de representação política elas não são legitimadas para ocupar, justamente por serem mulheres.

A partir do instante em que a percepção deste paradoxo é visível para elas, vislumbram-se possibilidades de enfrentamento da conjuntura patriarcal. A própria compreensão de que as mulheres vivem sob uma ótica de poder em

¹³ Letra retirada do livro de cânticos do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste.

desequilíbrio já é um motivo para se ter esperança, posto que isso é tão arraigado socialmente que muitos/muitas de nós já naturalizamos esta situação.

Nesse caminho, muitas mulheres já são conscientes das desigualdades as quais são submetidas no seu dia-a-dia e buscam alterar esse cenário. Cientes dos desafios que precisam encarar e principalmente por serem mulheres que vivenciaram todas as negativas do patriarcalismo, elas percebem o que lhes é renegado e demonstram que também podem superar todas as amarras e garantir posições que antes eram conferidas apenas aos homens (como manifesta Amarílis). Algumas falas das entrevistadas são reveladoras nesse sentido:

O que falta pra nós, negra e mulher, é oportunidade (...) eu quero voz, eu quero ter vez (Flora).

(...) eu consegui, com toda luta minha eu consegui e fui a frente e hoje me sinto orgulhosa em ser uma mulher, sou delegada sindical, já trabalhei na Secretaria da Previdência Social do sindicato e sou presidente de uma associação e enfrento minha luta como mulher e sou orgulhosa disso (Amarílis).

Nós começamos a discutir a nossa identidade feminina, quem sou eu como mulher, aí a gente foi descobrindo que além da gente ser trabalhadora rural, a gente era mãe das crianças, cuidava das crianças, por que que a gente ia criar diferente, a gente tinha que pensar diferente para poder mudar o marido, para o marido ajudar a mudar a realidade da casa (Rosa).

Porque é a mulher que menos tem direito e a que mais trabalha (Flora).

Nas entrevistas, quando eu questionava se elas se sentiam oprimidas ou desvalorizadas nas interações domésticas, a maioria respondeu que não, pois os seus maridos/companheiros as respeitavam. Não obstante esse dado, devemos considerar a possibilidade de que a aceitação desses homens em ter mulheres ocupando espaços de movimentação política não tenha sido harmônica, mas conquistada de forma gradual, com pequenos embates. Destaco algumas falas sobre este tema:

Graças a Deus, eu casei com um homem que nunca fumou, nunca bebeu, nunca pisou no meu pé. Tem sempre uma coisa quando eu vou, saio sorrindo, quando chega abraça, porque é a merma coisa, num tive isso (Flora).

Não, eu até que muito não. Num deixa da gente num ter desavença em casa, que a gente casal *mermo* tem, e aí naquele nosso tempo, sempre a gente respeitava uns aos outros (Íris).

O meu marido nunca impediu em nada, até hoje nunca impediu de nada, eu tô bem aqui com a senhora, se eu decidir me banhar, me arrumar e sair

com vocês e chegar dez horas da noite, ele não diz nem que eu sou feia, tá entendendo?! (Amarilis).

O que eu queria era mudar ele [marido] pra ele ajudar a transformar os meninos lá, não criar uns meninos machistas (Rosa).

Nessa direção, Barbosa (2006, p. 45-46), ao realizar uma pesquisa com quebradeiras de coco no Maranhão, constatou que:

(...) uns poucos homens já desenvolveram uma percepção das desigualdades alicerçadas em nome das diferenças de gênero, o que se verifica, por exemplo, no fato de entenderem ou mesmo incentivarem (ainda que muitas vezes timidamente) suas companheiras a se engajarem no Movimento.

Por outro lado, registro o exemplo de uma entrevistada, que sofreu violência do seu companheiro, motivada apenas pela sua participação nas reuniões do CMTR-MA.

Meu marido alterou porque ele é muito ciumento, e aí quando você tá numa reunião você não pode fazer cara feia pra ninguém, você arruma amizade tanto com homem como com mulher, e aí não tenho nem vergonha de dizer que a gente *tava* numa reunião ali, era sempre o que as meninas falavam, as meninas do coletivo, mais da violência contra a mulher, e nesse dia que eu tanto defendi ele na reunião, porque ele era bom pra mim, ele fazia a comida, ele me esperava bem, nesse dia quando eu cheguei em casa o que que ele fez?! Ele fez foi me bater nesse dia, pra minha alegria [ironia] quando eu cheguei lá fiz foi apanhar (Margarida).

Mesmo não comparecendo nos relatos das mulheres que entrevistei, a realidade da área rural é nefasta. Segundo uma pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (2013), uma em cada quatro mulheres no campo já sofreram com violência física, ou seja, elas convivem bem de perto com a violência doméstica.

A violência é rotina, os homens ainda hoje acham que eles precisam ir lá pra festa, se embebedar, chegar e ainda espancar a mulher e a mulher tem que ficar em casa (Rosa).

O espaço de convivência da família, o lar, torna-se um território de contradições, pois é o principal local onde acontecem as demonstrações de hierarquização das relações, onde o masculino se impõe como superior ao feminino (TORRÃO FILHO, 2005).

Mesmo esbarrando em problemas graves como é o caso da violência, não podemos perder de vista a importância destas mulheres permanecerem

ganhando espaços, caminhando com o intuito de construir novas oportunidades de mudanças nas suas relações sociais, e criando pontes que possibilitem que suas vozes sejam ouvidas e compreendidas.

As mulheres antigamente quase *num* tinha vez nem voz. E hoje mulheres tá *tendo* vez e voz. Já tem até uma presidenta e é *pra* ter mais (Íris).

Nesta linha de pensamento, Spivak (2010) faz uma análise valiosa sobre a possibilidade de grupos colocados como subalternos e oprimidos, como é o caso das mulheres, poderem falar, de maneira que suas reivindicações sejam ouvidas e sua condição seja evidenciada. Ela acredita ser possível isso, colocando como tarefa para os intelectuais a criação de espaços nos quais estes sujeitos possam se articular para que suas vozes sejam escutadas por todos e todas.

O desafio maior é seguir na direção de promover a formulação de relações igualitárias entre as mulheres e os homens. Assim Íris nos ensina o que fazer:

Nessa forma de procurar nossos *direito* porque a gente tem que ter aquela coragem de *num* ficar calada, *num* ficar sofrendo as humilhações. A gente tem que reedificar os *direito* da gente.

Só posso realmente acreditar que podemos produzir relações igualitárias quando as pessoas entenderem que ninguém deve servir ninguém, quando rejeitarmos completamente as assimetrias de poder existentes na sociedade, quando finalmente for compreendido que

(...) ninguém é dono de ninguém (Rosa).

4.3 Sobre fortalecimento das mulheres e “ser liberta”

Inicio este subcapítulo com a letra de uma canção¹⁴ que traz a tonalidade das questões que serão debatidas a partir de agora. Acredito que a mesma nos permite compreender um pouco a intensidade e dificuldade que essas mulheres enfrentam em seu percurso em direção ao seu fortalecimento.

¹⁴ Letra retirada do livro de cânticos do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste.

Esta luta não é fácil

Esta luta não é fácil
Mas tem que acontecer
A mulher organizada
Tem que chegar ao poder.

Vamos juntas companheiras
Vamos botar pra valer
Vamos quebrar as correntes
Do machismo e do poder.

Sem a mulher neste mundo
Seria triste demais,
Não nascia gente nova
E o mundo não tinha paz.

A mulher nasceu pra ser
Pelo homem bem amada
Ser amiga e companheira
Não pra ser discriminada.

Somos gentes, somos força,
Temos que ter igualdade
Ao lado dos homens fortes
Transformando a sociedade.

Vamos conquistar o espaço
Que tem no mundo pra nós
Chefiar os sindicatos
E na política ter voz.

(Maria Nazaré de Souza)

O teor da música é repleto de informações que enfocam as relações vivenciadas pelas mulheres do campo, como a afirmação da necessidade de igualdade com os homens para juntos(as) mudarem a sociedade, e também a prerrogativa de que elas não nasceram para ser discriminadas.

Dessa maneira, a letra demonstra que há um entendimento sobre as dificuldades enfrentadas, contudo há também o indicativo do caminho a ser percorrido. Neste viés, dotar as pessoas de conhecimento, de possibilidades para promover transformações, é uma direção importante para se alcançar essa equidade entre mulheres e homens.

Para este fim, algumas autoras e autores vêm lançando mão da utilização do termo empoderamento para explicar o movimento que as pessoas fazem no sentido de se valer da sua capacidade de questionar, de refletir e de apropriar-se das decisões e escolhas que tangem suas vidas.

Contudo, é válido destacar que na Psicologia Comunitária a palavra empoderamento é substituída por fortalecimento. Há inclusive uma crítica de Montero (2006) sobre o uso desta nomenclatura, na qual ela elucida que se trata de um neologismo surgido na língua inglesa no início da década de 1980, e foi importado de forma irrestrita para a América latina, onde já havia uma construção iniciada de conceituação para o termo fortalecimento.

Assim, houve uma incorporação da palavra empoderamento sem uma análise criteriosa de seu significado. Montero (2006) entende que as acepções desencadeadas a partir desse vocábulo não contemplam o contexto ao qual está sendo utilizada. Um exemplo disso é que empoderamento pode significar a ação de fazer-se poderoso ou até mesmo dar poder a uma pessoa.

Logo, tal conceito é visto como incongruente, conforme aponta Montero (2006, p. 62, tradução nossa), “esta concepção se opõe ao critério usado pela Psicologia Comunitária, onde o poder é uma conquista da reflexão, da consciência e da ação das pessoas comprometidas, e não um presente ou doação de outra ordem”.

Comungo da ideia de que empoderar ou fortalecer (potencializar) não é algo passivo, ou seja, não é possível esperar que outra pessoa, que não você mesma(o), seja responsável por tal ação. Pode parecer que se trata apenas de uma questão de utilização de uma ou outra terminologia, porém percebo como é imprescindível esclarecer essas nuances que envolvem o uso e o sentido desse conceito.

Assim, o entendimento aqui é que fortalecimento refere-se à capacidade das pessoas ou comunidades de serem protagonistas daquilo que diz respeito a cada uma/um, sendo consciente de suas possibilidades de mudança (MONTERO, 2006).

Na pesquisa, o uso da expressão empoderamento compareceu de forma contundente nas narrativas das lideranças femininas, o que se deve ao fato deste termo ser bastante utilizado pelos movimentos sociais para indicar o alcance de poder por grupos historicamente oprimidos, como é o caso das mulheres. Nesta seara especificamente, Cordeiro (2010, p. 150) destaca, que as feministas “partem do entendimento de que as relações de gênero são relações de poder e que o empoderamento das mulheres é condição para a equidade de gênero”.

Não posso, então, negar ou menosprezar a utilização da palavra empoderamento, uma vez que as entrevistadas se sentem representadas ao utilizá-la em suas falas e também porque seu sentido se aproxima daquilo que a Psicologia Comunitária traz como fortalecimento. Assim, entendo como pertinente o que Cordeiro (2010, p. 152) coloca:

(...) os processos de empoderamento envolvem o acesso e o controle de recursos econômicos e materiais, como também a participação das mulheres nas decisões que afetam as suas vidas nas esferas privada e pública. Isso requer o estabelecimento das próprias prioridades e agendas e a ocupação de espaços políticos de modo a influenciar as decisões e as políticas nessas esferas.

Para além de qualquer diferença de terminologia, é fundamental expor o que elas entendem por ser empoderadas:

É mulher que tem coragem de fazer tudo. Partir pra uma mesa com quinze *país*, falar, brincar (...) Essa que *são* a mulher empoderada (Flora).

Eu me considero uma pessoa responsável agora, assim além de me considerar uma pessoa responsável eu me considero capacitada, eu não me considero que nem antes, né?! Mas agora eu me considero alguém mais empoderada né?! Eu fui me empoderando de conhecimento, de mais saber (Magnólia).

O interessante é que além de entenderem o que é ser empoderada ou fortalecida elas vivenciam isso, não apenas conhecem o que quer dizer, reconhecem a existência deste empoderamento (fortalecimento) em suas vidas.

Outra expressão que apareceu com frequência nos discursos das mulheres foi “liberta”, quando faziam referência à superação de situações opressoras. Do ponto de vista teórico, a noção de libertação foi tratada no contexto da América Latina em estudos advindos da Pedagogia da Libertação, da Teologia da Libertação e da Psicologia da Libertação, desencadeados numa época histórica de instauração de governos ditatoriais, em que se via um momento político de privação quase completa dos direitos dos sujeitos, onde situações de dominação e opressão eram corriqueiras (GUARESCHI, 2011).

Existem três eixos epistemológicos que coadunam para estruturar o conceito de libertação, quais sejam: a superação da dicotomia teoria e prática, nesta perspectiva há sempre a necessidade de se estabelecer uma prática, que aparece como uma possibilidade concreta para se entender a realidade; a concepção de relação em contraponto a separação individual e social, sendo que essa dimensão

relacional implica na acepção de que sempre alguém se liberta de alguma coisa e que essa rede de relações é fecunda para se alcançar uma libertação; e a indispensabilidade da dimensão ética, uma vez que falar em libertar pressupõe superar algo que não seja positivo, o que significa fazer referência a um juízo valorativo (positivo ou negativo), ético (GUARESCHI, 2011).

A libertação abordada pelas mulheres que entrevistei é aquela que se contrapõe à conjuntura patriarcal, essa posição que as coloca como capazes de ocupar apenas a esfera da vida doméstica, essa opressão a que foram acostumadas a introjetar como sendo natural.

Antes eu era só moradora e agora eu sou uma “*representadora*” da comunidade. Pra mim mudou, né?! Mudou porque eu acho que eu tô mais liberta pra resolver as coisas, assim, com a confiança do meu povo (Margarida).

Liberta assim pra tomar de conta de uma comunidade pra ir atrás de coisa pra aquela comunidade, que nem eu já fui pra Brasília, passei três dias em Brasília, já fui pra São Luis, já fui pra todos os lugares que eu nem conhecia (Margarida).

Eu já sei que nós mulheres temos o direito de ser essa mulher liberta, de conquistar o espaço que a gente tem na comunidade (Yasmim).

Eu achava que ele [o marido] era o meu dono, ele quem mandava em mim, que se eu dizia assim ‘vou pra uma reunião hoje’, que ele dizia ‘não vai’, eu baixava e não ia, mas agora não, eu tenho que ir, tenho que resolver (...) hoje eu me sinto liberta (Margarida).

Eu era uma Yasmim que era muito tímida, não sabia falar, não saía de casa, ia pra escola, só tinha que cuidar da família; e a partir do movimento, nossa, parece que eu me libertei, fiquei liberta e quando elas chegaram aqui eu já era casada, tinha uma filha, mas nada disso me impediu de eu sair pra outras comunidades, pra chegar em outra cidade, nada me impediu, mas antes eu não saía, não saía daqui, não saía daqui da minha comunidade e não da minha cidade, né?! Mas depois eu passei a sair, ter troca de experiência e isso mudou muito minha vida e tá mudando ainda pra melhor (Yasmim).

Cordeiro (2006), ao realizar um estudo com mulheres trabalhadoras rurais, constatou que havia três aspectos que elas precisavam enfrentar para tornarem-se libertas. Acredito que estes aspectos também se fizeram presentes na realidade das entrevistadas da minha pesquisa. O primeiro era conseguir se desprender das responsabilidades domésticas, de maneira a dividi-las com os outros membros da família; segundo, era fortalecer os vínculos interpessoais fora do ambiente familiar, assim elas conheciam outras pessoas e eram reconhecidas fora

do espaço de casa; e o terceiro refere-se à satisfação de fazer suas coisas com autonomia e independência, como andar sozinha, viajar.

Não é uma tarefa fácil alcançar a libertação, principalmente porque é necessário perceber quando o contexto social pode determinar a opressão de alguém e diante disso buscar formas de superação até chegar a liberta-se, logo, como Freire (1987, p. 19) bem coloca:

A libertação (...) é um parto. É um parto doloroso. O homem [a mulher] que nasce deste parto é um homem [uma mulher] novo [a] que só é viável na e pela superação da contradição opressores-oprimidos, que é a libertação de todos [todas]. A superação da contradição é o parto que traz ao mundo este [a] homem [mulher] novo [a] não mais opressor [opressora]; não mais oprimido [oprimida], mas homem [mulher] libertando-se.



(IN)CONCLUSÕES



Muito mais que escrever as últimas palavras de um texto, esse espaço, pelo menos para mim, não deve encerrar uma discussão tão densa com conjecturas conclusivas. O que consigo realizar nesse momento são apontamentos que referem-se à experiência da minha trajetória de pesquisa, e considero válido dizer que foi de grande valia esse percurso que trilhei para minha formação profissional.

No campo de estudo, realmente observei que a comunidade é um lugar onde se vê materializar situações de ajuda e companheirismo. Segundo relatos, ninguém passa necessidade, porque se um tem o outro não passa fome, o que mostra que as interações nesse espaço comunitário são permeadas por um caráter de cooperação muito forte.

Verifica-se nas narrativas e na observação participante que as relações comunitárias têm a característica peculiar de promoção de união, pois os moradores e moradoras fortalecem os vínculos de afetividade entre si.

Coerente com as informações encontradas no referencial teórico, o fato dos moradores e das moradoras compartilharem os mesmos problemas e as mesmas necessidades de superação faz com que se estabeleça uma união entre as pessoas daquele local, além de uma identidade de pertencimento, principalmente quando conseguem driblar uma dificuldade. Especialmente nas lideranças, averiguou-se um caráter de responsabilização frente às demandas comunitárias.

Os traços históricos da comunidade, como o fato de os pais terem sempre vivido lá, ou as entrevistadas terem crescido naquele lugar, tonificam a questão de identificação social com o local, assim o compromisso de buscar melhorias, de ter um ambiente favorável para situações que denotem solidariedade pode ser explicado também por essa razão.

Embora não fosse objetivo inicial deste estudo, percebi que o trabalho no campo tem um grande empecilho, a desigualdade na distribuição de terras, que é uma realidade contundente neste país e foi registrado na pesquisa. Entendo esse fator como sintomático para a manutenção das condições de pobreza, principalmente para os pequenos produtores e produtoras rurais.

Esse contexto comunitário parece verdadeiramente propício à constituição de lideranças, não só pelas necessidades que gritam diariamente e precisam ser alteradas, mas pelos próprios moradores e moradoras que incentivam e confiam nessas pessoas para transformar aquele entorno. É notório como as trabalhadoras rurais se veem responsáveis por sua comunidade e se comprometem

na busca de melhorias, além de ser perceptível a frustração quando elas não produzem a transformação desejada.

Há uma dimensão de satisfação pessoal envolvida nessa composição enquanto liderança comunitária, ouvi relatos de quem tem orgulho de ser reconhecida pelos(as) habitantes, ou se sente importante por representá-los(as). Ressalto também a descoberta das potencialidades: estar à frente de reivindicações, perder a timidez, participar de reuniões e conseguir se expressar são alguns exemplos narrados pelas entrevistadas que indicam essa conquista.

É evidente que a partir do momento em que as mulheres se organizam coletivamente elas ganham força, conseguem se mostrar como sujeitos políticos, que têm voz. Verifiquei na pesquisa que o MMTR-NE contribui para a construção de muitas lideranças, principalmente através de capacitações. É empolgante constatar como facilitar a aquisição de conhecimento, educar, pode transformar a história de vida de alguém.

As relações desiguais entre homens e mulheres ainda são marcantes na área rural e isso atravessa vários níveis, tais como: a representação sindical – ouvi uma narrativa que reafirmava o preconceito com as mulheres ocupando posição de comando; o convívio doméstico – muitas das entrevistadas precisaram resistir a crises conjugais para continuar atuando como liderança e participando do movimento de mulheres e a dimensão laboral – as mulheres relataram que a força de trabalho delas é desvalorizada frente à dos homens, que normalmente recebem o dobro do valor pela mesma atividade.

As interlocuções permitiram perceber que as trabalhadoras rurais compreendem que há relações de poder desiguais em seu contexto, entendem que o machismo faz parte das suas vidas, inclusive materializado em situações de violência. Porém, é possível resistir a isso, reafirmando seu potencial, conhecendo seus direitos.

Faz-se imprescindível frisar que algumas narrativas das entrevistadas falam de uma demarcação da maneira como percebem sua realidade, que foi alterada a partir do conhecimento adquirido por elas, aquisição esta conseguida principalmente via reuniões, cursos e formações do CMTR-MA.

As expressões “liberta” e “empoderada” foram utilizadas pelas entrevistadas denotando que elas podem transitar por qualquer espaço na sociedade, sem limitações a contextos específicos como o do lar. Libertam-se de

concepções que as oprimem e subjugam, e empoderam-se de uma nova consciência sobre sua condição enquanto mulher.

Entendo que as temáticas abordadas nesta discussão teórica não se encerram aqui, visto que existem muitos meandros a serem estudados. Espero abrir caminho na perspectiva de incentivar outras problematizações que enviesam para a questão das lideranças rurais femininas no Maranhão.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. **Economia Aplicada**. V. 04, nº 02. São Paulo: PROCAM/USP, 2000, p. 379-397.
- ALENCAR, A. B. **Amor e libertação: a afetividade no processo de construção dos sujeitos comunitários**. Monografia (Graduação em Psicologia) – Universidade Federal do Ceará. Fortaleza: UFC, 2011.
- ALVES, A. M. O método materialista histórico dialético: alguns apontamentos sobre a subjetividade. **Revista de Psicologia da UNESP**. V. 09, nº 01. São Paulo, 2010, p. 1-13.
- ARENDT, R. J. J. Psicologia comunitária: teoria e metodologia. **Psicologia: reflexão e crítica**. V. 10, nº 01. Porto Alegre, 1997, p. 7-16.
- BARBOSA, V. de O. A caminho dos babaçuais: gênero e imaginário no cotidiano de trabalhadores rurais no Maranhão. In: WOORTMANN, E. F.; HEREDIA, B.; MENASHE, R. (Orgs.). **Margarida Alves: coletânea sobre estudos rurais e gênero**. Brasília: NEAD Especial, 2006.
- BARBOSA, V. de O. **Mulheres do babaçu: gênero, maternalismo e movimentos sociais no Maranhão**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense. Niterói: UFF, 2013.
- BOCK, A. M. B. A psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia. In: BOCK, A. M. B.; GONÇALVES, M. da G. M.; FURTADO, O. (Orgs.). **A psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- BOCK, A. M. B.; FERREIRA, M. R.; GONÇALVES, M. da G. M.; FURTADO, O. Silvia Lane e o projeto de “compromisso social da psicologia”. **Psicologia & Sociedade**. V. 19, nº 02. Porto Alegre, 2007, p. 46-56.
- BORDALO, C. A. **Os caminhos da política: o sindicalismo rural e os movimentos de mulheres trabalhadoras rurais em Pernambuco**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFRRJ, 2011.
- BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- BRANDÃO, I. R. As bases epistemológicas da psicologia comunitária. In: BRANDÃO, I. R.; BOMFIM, Z. A. C. (Orgs.). **Os jardins da psicologia comunitária: escritos sobre a trajetória de um modelo teórico-vivencial**. Fortaleza: PREX/UFC, 1999.
- BRANDEMBURG, A. Do rural tradicional ao rural socioambiental. **Ambiente & Sociedade**. V. 13. Campinas, 2010, p. 417-428.

BUBE, M. **Sobre comunidade**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1987.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CAREGNATO, R. C. A.; MUTTI, R. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. **Texto & Contexto Enfermagem**. V. 15, nº 04. Florianópolis, 2006, p. 679-84.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no campo – Brasil 2014**. Goiânia: CPT Nacional – Brasil, 2015.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências técnicas para atuação das(os) psicólogas(os) em questões relativas à terra**. Brasília: CFP, 2013.

CORDEIRO, R. de L. M. Além das secas e das chuvas: os usos da nomeação mulher trabalhadora rural no Sertão de Pernambuco. In: WOORTMANN, E. F.; HEREDIA, B.; MENASHE, R. (Orgs.). **Margarida Alves: coletânea sobre estudos rurais e gênero**. Brasília: NEAD Especial, 2006.

CORDEIRO, R. de L. M. Empoderamento e mudança das relações de gênero: as lutas das trabalhadoras rurais no sertão central de Pernambuco. In: SCOTT, P.; CORDEIRO, R. de L. M (Orgs.). **Agricultura familiar e gênero: práticas, movimentos e políticas públicas**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2010.

DEERE, C. D. Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira. **Revista Estudos Feministas**. V. 12, nº 01. Florianópolis, 2004, p. 175-204.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001

FALEIROS, E. Violência de Gênero. In: TAQUETTE, S. R. (Org.). **Violência contra a mulher adolescente/jovem**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007.

FARIAS, M. D. M. Nem caladas nem silenciadas: as falas das mulheres trabalhadoras rurais e a desconstrução de sujeitos políticos tradicionais. In: FERREIRA, M; ÁLVARES, M. L. M.; SANTOS, E. F. dos (Orgs.). **Os saberes e os poderes das mulheres: a construção do gênero**. São Luís: EDUFMA; Salvador: REDOR, 2001.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FRASER, M. T. D.; GONDIM, S. M. G. Da fala do outro ao texto negociado: discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa. **Paidéia**. V. 14, nº 28. Ribeirão Preto, 2004, p. 139-152.

FREIRE. P. **Pedagogia do oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREITAS, M. T. de A. A abordagem sócio-histórica como orientadora da pesquisa qualitativa. **Cadernos de Pesquisa**. Nº 116. São Paulo, 2002, p. 21-39.

GÓIS, C. W. L. **Psicologia comunitária no Ceará: uma caminhada**. Fortaleza: Publicações Instituto Paulo Freire de Estudos Psicossociais, 2003.

_____. **Psicologia comunitária: atividade e consciência**. Fortaleza: Publicações Instituto Paulo Freire de Estudos Psicossociais, 2005.

_____. **Saúde comunitária: pensar e fazer**. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008.

_____. **Psicologia clínico-comunitária**. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2012.

GONÇALVES, M. da G. M. A contribuição da psicologia sócio-histórica para a elaboração de políticas públicas. In: BOCK, A. M. B. (Org.). **Psicologia e compromisso social**. São Paulo: Cortez, 2003.

GUARESCHI, P. A. Relações comunitárias – relações de dominação. In: CAMPOS, R. H. de F. (Org). **Psicologia social comunitária: da solidariedade à autonomia**. Petrópolis: Vozes, 1996.

GUARESCHI, P. A. Pressupostos epistemológicos implícitos no conceito de libertação. In: GUZZO, R. S. L.; LACERDA JUNIOR, F. (Orgs.). **Psicologia social para américa latina: o resgate da psicologia da libertação**. 2ª ed. Campinas: Editora Alínea, 2011.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Marcha das Margaridas: perfil socioeconômico e condições de vidas das trabalhadoras do campo e da floresta**. Rio de Janeiro: IPEA (Relatório de Pesquisa), 2013.

JALIL, L. M. **As flores e os frutos da luta: o significado da organização e da participação política para as mulheres trabalhadoras rurais**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFRRJ, 2013.

LANE, S. T. M. A psicologia social e uma nova concepção do homem para a psicologia. In: LANE, S. T. M; CODO, W. (Orgs.). **Psicologia social: o homem em movimento**. 8ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

LANE, S. T. M. Histórico e fundamentos da psicologia comunitária no Brasil. In: CAMPOS, R. H. de F. (Org). **Psicologia social comunitária: da solidariedade à autonomia**. Petrópolis: Vozes, 1996.

LAURETIS, T. de. A tecnologia do gênero. **Technologies of gender**. Indiana University Press, 1987, p. 206-239.

Disponível em: <<http://marcoaureliosc.com.br/cineantropo/lauretis.pdf>>. Acesso em: 22/06/2015.

LIMA, D. M. A.; BOMFIM, Z. A. C. Vinculação afetiva pessoa-ambiente: diálogos na psicologia comunitária e psicologia ambiental. **Psico**. V. 40, nº 04. Porto Alegre: PUCRS, 2009, p. 491-497.

MAINGUENEAU, D. **Novas tendências em análise do discurso**. 3ª ed. Campinas: Pontes, 1997.

MARTÍN-BARÓ, I. O papel do psicólogo. **Estudos de Psicologia**. Vol. 02, Nº 01. Natal, 1996, p. 7-27.

MARTÍN-BARÓ, I. Desafios e perspectivas da psicologia latino-americana. In: GUZZO, R. S. L.; LACERDA JUNIOR, F. (Orgs.). **Psicologia social para américa latina: o resgate da psicologia da libertação**. 2ª ed. Campinas: Editora Alínea, 2011a.

MARTÍN-BARÓ, I. Para uma psicologia da libertação. In: GUZZO, R. S. L.; LACERDA JUNIOR, F. (Orgs.). **Psicologia social para américa latina: o resgate da psicologia da libertação**. 2ª ed. Campinas: Editora Alínea, 2011b.

MARTINS, J. B. A perspectiva metodológica em Vygotsky: o materialismo dialético. **Semina: Ciências Sociais/Humanas**. V. 15, nº 03. Londrina, 1994, p. 287-295.

MOLON, S. I. Algumas questões epistemológicas e éticas da psicologia: a avaliação em discussão. **Psicologia & Sociedade**. V. 16, nº 01. Porto Alegre, 2004, p. 108-123.

MONTERO, M. **Introducción a la psicología comunitaria: desarrollo, conceptos y procesos**. Buenos Aires: Paidós, 2004.

MONTERO, M. **Teoría y práctica de la psicología comunitaria: la tensión entre comunidad y sociedade**. Buenos Aires: Paidós, 2006.

MORGANTE, M. M.; NADER, M. B. O patriarcado nos estudos feministas: um debate teórico. **Anais do XVI Encontro Regional de História da Anpuh-Rio: saberes e práticas científicas**. Rio de Janeiro: ANPUH-Rio, 2014.

MURANO, R. M.; BOFF, L. **Feminino e masculino: uma nova consciência para o encontro das diferenças**. Rio de Janeiro: Sextante, 2002.

NEPOMUCENO, L. B. **Para atuar com a comunidade: estudo sobre a relação entre participação comunitária e estratégia de saúde da família do SUS no bairro Terrenos Novos em Sobral, Ceará**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará. Fortaleza: UFC, 2009.

NEPOMUCENO, L. B.; XIMENES, V. M.; CIDADE, E. C.; MENDONÇA, F. W. O.; SOARES, C. A. Por uma psicologia comunitária como práxis de libertação. **Psico**. V. 39, nº 04. Porto Alegre, 2008, p. 456-464.

PEREIRA, W. C. C. **Nas trilhas do trabalho comunitário e social: teoria, método e prática**. 3ª ed. Belo Horizonte: Vozes, 2008

PIZZINATO, A. Psicologia da libertação. In: SARRIERA, J. C.; SAFORCADA, E. T. (Orgs.). **Introdução à psicologia comunitária: bases teóricas e metodológicas**. Porto Alegre: Sulina, 2010.

SAFFIOTI, H. I. B. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

SANTOS, B. de S. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SAWAIA, B. B. Comunidade: a apropriação científica de um conceito tão antigo quanto a humanidade. In: CAMPOS, R. H. de F. (Org). **Psicologia social comunitária: da solidariedade à autonomia**. Petrópolis: Vozes, 1996.

SAWAIA, B. B. Psicologia e desigualdade social: uma reflexão sobre liberdade e transformação social. **Psicologia & Sociedade**. V. 21, nº 03. Florianópolis, 2009, p. 364-372.

SAWAIA, B. B. Identidade – uma ideologia separatista? In: SAWAIA, B. B. (Org.). **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. 12ª ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**. V. 20, nº 02. Porto Alegre, 1995, p. 71-99.

SEGNINI, L. R. P. Educação e trabalho: uma relação tão necessária quanto insuficiente. **São Paulo em Perspectiva**. V. 14, nº 02. São Paulo, 2000, p. 72-81.

SILVA, B. G. da. **A marcha das margaridas: resistências e permanências**. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília. Brasília: UnB, 2008.

SPIVAK, G. C. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

TELES, M. A. A. Violência contra a mulher: das primeiras ações à construção de políticas públicas! In: LEOPOLDI, D.; TELES, M. A. de A.; GONZAGA, T. de O. **Do silêncio ao grito contra a impunidade: caso Márcia Leopoldi**. São Paulo: União das Mulheres de São Paulo, 2007.

TORRÃO FILHO, A. Uma questão de gênero: onde o masculino e o feminino se cruzam. **Cadernos Pagu**. V. 24. Campinas, 2005, p. 127-152.

VYGOTSKY, L. S. Manuscrito de 1929. **Educação & Sociedade**. V. 21, nº 71. Campinas, 2000, p. 21-44.

VYGOTSKY, L. S. **Teoria e método em psicologia**. 3º ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

WANDERLEY, M. B. Refletindo sobre a noção de exclusão. In: SAWAIA, B. B. (Org.). **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. 12ª ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

XIMENES, V. M.; GÓIS, C. W. L. Psicologia comunitária: uma práxis libertadora latino-americana. In: GUZZO, R. S. L.; LACERDA JUNIOR, F. (Orgs.). **Psicologia e sociedade: interfaces no debate sobre a questão social**. Campinas: Editora Alínea, 2010.

XIMENES, V. M.; MOURA JÚNIOR, J. F. Psicologia Comunitária e comunidades rurais do Ceará: caminhos, práticas e vivências em extensão universitária. In: LEITE, J. F.; DIMENSTEIN, M. (Orgs.). **Psicologia e contextos rurais**. Natal: EDUFRN, 2013.

FONTES

Caderno de textos para estudo e debates da Marcha das Margaridas de 2011.

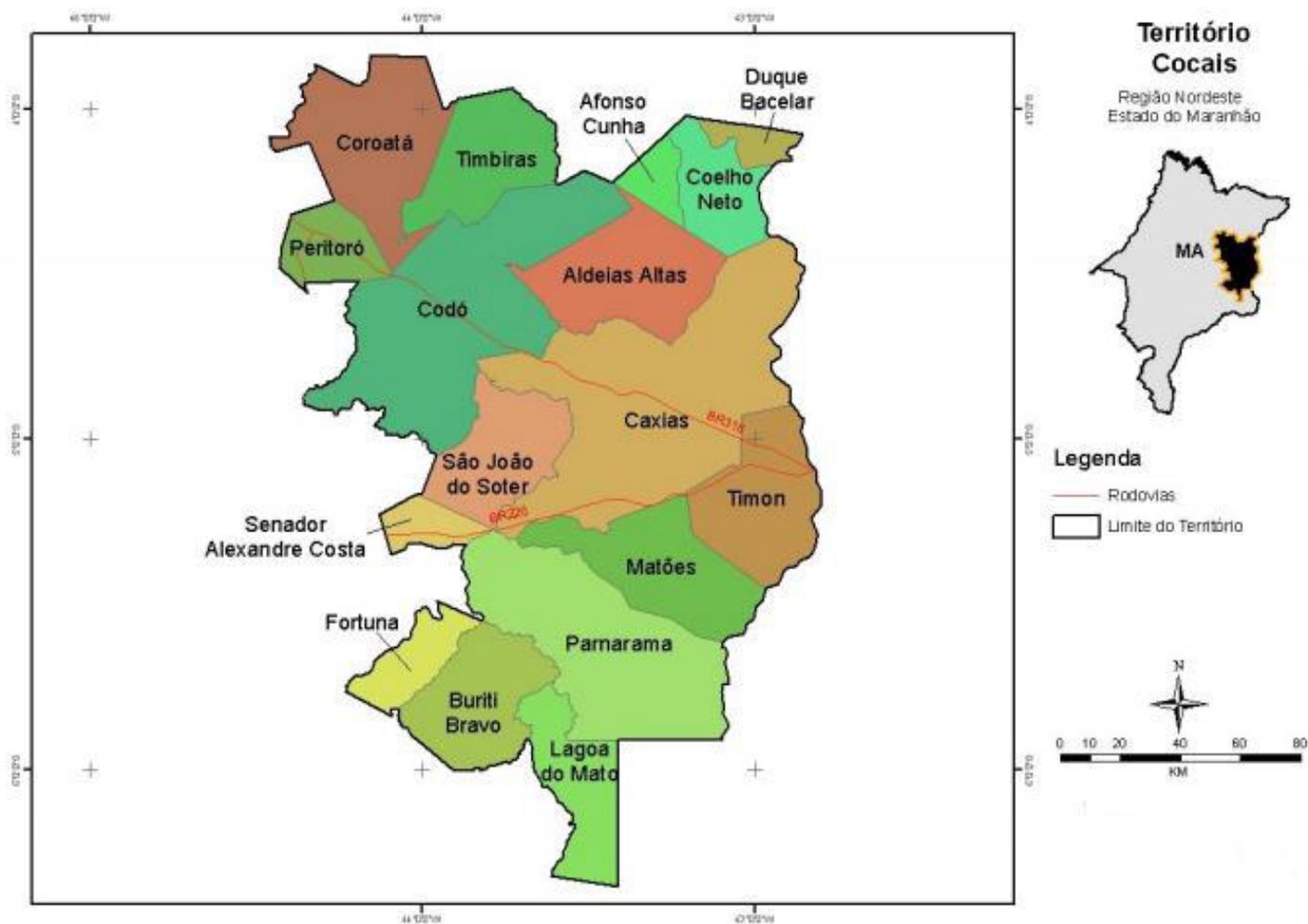
Cartilha comemorativa dos 25 anos do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR-NE).

Livro de cânticos do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR-NE).

Relatório interno de atividades do Coletivo de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Maranhão (CMTR-MA) em 2014.

ANEXO

ANEXO 1 - MAPA DA REGIÃO DOS COCAIS¹⁵



¹⁵ Retirado do plano territorial de desenvolvimento rural sustentável. Disponível em: <http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_qua_territorio034.pdf>. Acesso em: 05/10/2015.

APÊNDICES

APÊNDICE A - ROTEIRO PARA ENTREVISTAS

1. Relate quais as dificuldades, facilidades e os desafios a serem superados na execução de suas atividades advindos da condição de ser mulher e trabalhadora rural?

2. Como sua comunidade e a relação que você tem com os demais moradores influenciou no que você é atualmente?

3. Como percebe a sua atuação enquanto liderança na comunidade e de que forma isso impactou na sua vida?

4. De que forma o movimento de mulheres trabalhadoras rurais auxiliou na forma de você se relacionar com sua comunidade e na sua construção enquanto liderança?

5. Como era e como ficaram suas relações domésticas, seja com marido/companheiro e/ou filhos, após assumir a função de líder comunitária e da aproximação com o MMTR?

6. Você identifica alguma mudança no seu comportamento ou maneira de se perceber como mulher depois de iniciar esse processo de liderança na sua comunidade? Fale sobre isso.

APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO (TCLE)

Eu, _____, tendo sido convidada a participar como voluntária da pesquisa com título provisório: **Lideranças comunitárias rurais femininas no Maranhão: um olhar sobre sua (atu)ação**, recebi as informações abaixo:

- 1) Que esta pesquisa faz parte da dissertação de mestrado em Psicologia da estudante Nelsivânia Pinheiro de Galiza, sob orientação do Prof. Dr. Ricardo Franklin Ferreira.
- 2) Que o estudo tem a finalidade de contribuir para um pensar e fazer Psicologia mais comprometido com a realidade do nosso estado, principalmente no que se refere às mulheres trabalhadoras rurais.
- 3) Que a importância desse trabalho consiste em fazer uma interlocução entre a Psicologia e as lideranças femininas de comunidades interioranas do Maranhão, de forma a permitir que este saber auxilie na produção de conhecimento nessa área.
- 4) Que esse estudo pode ter benefícios, no sentido de evidenciar meu trabalho no meio acadêmico.
- 5) Que a pesquisa será realizada através de entrevistas, em encontros entre mim e a entrevistadora, nos quais responderei perguntas feitas pela pesquisadora.
- 6) Que posso também responder apenas às perguntas que eu quiser, caso alguma não me pareça devida para a pesquisa.
- 7) Que a minha entrevista será gravada em áudio e posteriormente transcrita pela pesquisadora, para ser analisada e apresentada em sua forma escrita.
- 8) Que o material transcrito será guardado em local seguro por dois anos, após esse período será descartado de forma adequada resguardando o anonimato das participantes.
- 9) Que as informações retiradas através da minha participação não permitirão que eu seja identificada, exceto pela responsável pelo estudo, garantindo o sigilo da identidade de todas as participantes.

- 10) Que a presença da pesquisadora em minha comunidade pode me causar desconforto, mas, desde então, ela assegura confidencialidade sobre outros assuntos que não dizem respeito ao contexto da pesquisa.
- 11) Que este estudo não oferece riscos evidentes.
- 12) Que eu posso tirar dúvidas ou solicitar esclarecimentos sobre o estudo sempre que sentir necessidade e em qualquer fase da pesquisa diretamente com a pesquisadora (contato abaixo).
- 13) Que, a qualquer momento, poderei desistir da pesquisa e/ou retirar meu consentimento, sem que isso me traga qualquer penalidade ou prejuízo.
- 14) Que a minha participação não envolve nenhuma gratificação ou pagamento por parte da pesquisadora e não acarretará nenhuma despesa a mim.
- 15) Que receberei uma via deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Após a leitura atenta das informações, estando devidamente esclarecida sobre os procedimentos, finalidade da pesquisa e demais condições de permanência na pesquisa, declaro minha livre e espontânea vontade em participar do estudo.

_____, ____ de _____ de _____

Voluntária da pesquisa

Nelsivânia P. de Galiza
Pesquisadora

Pesquisadora: Nelsivânia Pinheiro de Galiza

E-mail: nelgaliza@yahoo.com.br

Telefone: (98) 981972303